
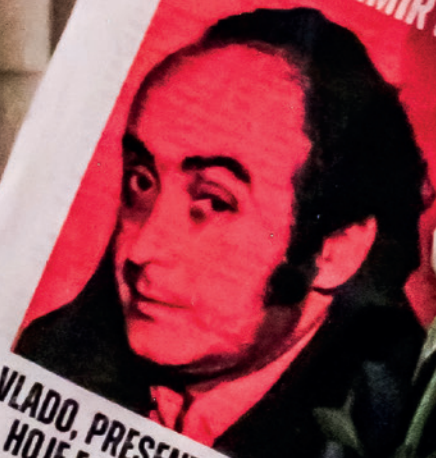


**DITADURA
NUNCA
MAIS!**
**PUNIÇÃO DE
TODOS OS
CRIMES DA
DITADURA!**

 **JORNALISTAS**
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

**PUNIÇÃO DOS ASSASSINOS
DE VLADIMIR HERZOG!**



**VLADO, PRESENTE!
HOJE E SEMPRE!**

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO DE JORNALISMO
Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes - PUC-SP

Em memória de Herzog, o Brasil diz basta

Não há dúvidas de que 2025 se impôs como um dos anos mais emblemáticos da história brasileira. Em setembro, a primeira turma do Supremo Tribunal Federal condenou Jair Bolsonaro e outros sete aliados por tentativa de golpe de Estado. Com isso, o país viu, pela primeira vez, militares e um ex-presidente serem responsabilizados por ataques à democracia.

A corajosa atitude de romper com um ciclo de “passadas de pano” para amantes do autoritarismo serviu de lição aos países que sofrem do mesmo mal. A decisão do STF foi elogiada até mesmo pela liberal *The Economist*, uma das revistas mais influentes do mundo, que se referiu ao Brasil como “um exemplo a ser seguido” quando o assunto é resiliência democrática.

Diferente do que Eduardo Bolsonaro esperava, o coro de basta dos brasileiros se tornou ainda mais intenso depois que ele passou a conspirar contra seus próprios compatriotas. Tentando impedir a condenação do pai, o ainda deputado federal abandonou seu mandato e viajou aos Estados Unidos em busca de taxações comerciais e sanções contra ministros do Supremo. Tudo o que conseguiu foram os inúteis likes de sua base, um indiciamento por coação e obstrução de justiça e a recuperação da popularidade de Lula.

Os ataques à soberania nacional instigaram manifestações que revelaram dois projetos de país. De um lado, apoiadores da família Bolsonaro demonstraram subserviência aos EUA ao estenderem um bandeirão do país norte-americano em pleno sete de setembro, data que marca a independência do Brasil. Do outro, setores progressistas da sociedade tremularam a bandeira brasileira em defesa dos reais interesses nacionais.

É certo que a punição dos golpistas não colocará, por si só, um fim na polarização política. Ainda se faz necessária a regulamentação das *bigtechs*, que lucram cada vez mais com a disseminação de ódio nas redes sociais e com os ataques às instituições democráticas. Ao contrário do que alguns alegam, não se trata de censura, e sim do cumprimento da lei. Afinal, liberdade de expressão não é liberdade de agressão; e liberdade de imprensa não significa liberdade de empresa.

Enquanto deputados golpistas utilizam, de forma jocosa, esparadrapos na boca para insinuar que vivemos em uma ditadura, é preciso recordar o que de fato foi uma. Há 50 anos, o jornalista Vladimir Herzog foi brutalmente assassinado no DOI-CODI de São Paulo, principal órgão de repressão e tortura do regime militar brasileiro, deixando sua esposa e seus filhos.

Em 1975, os verdadeiros defensores da família desafiaram o autoritarismo em um ato na Catedral da Sé, que reuniu mais de 8 mil pessoas para o ato inter-religioso em homenagem ao diretor da TV Cultura. O protesto silencioso ecoou pela história e, após cinco décadas, foi recriado no último mês de outubro. Empunhando cartazes com fotos de desaparecidos e pedidos de responsabilização do Estado, os presentes demonstraram que o esquecimento jamais será uma opção. Que sigamos esse exemplo de vigilância democrática.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Reitor Prof. Dr. Vidal Serrano Nunes Júnior
Vice-Reitora Profa. Dra. Carla Reis Longhi
Pró-Reitor de Pós-Graduação Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde
Pró-Reitor de Graduação Prof. Dr. Flávio Mesquita Saraiva
Pró-Reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos Prof. Dra. Mônica Muniz Pinto de Carvalho
Pró-Reitor de Educação Continuada Prof. Dr. Paulo Sérgio Feuz
Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias Profa. Dra. Myrthânia de Souza Cruz
Chefe de Gabinete Dr. Leonardo Florencio de Carvalho

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

Diretor Prof. Dr. Fabio Cypriano
Diretora Adjunta Profa. Dra. Diana Navas
Chefe do Departamento de Comunicação Prof. Dr. Alécio Rossi Filho
Vice-chefe do Departamento de Comunicação Profa. Dra. Vânia Penafieri de Farias
Coordenador do Curso de Jornalismo Prof. Dr. Fábio Fernandes da Silva
Vice-coordenador do Curso de Jornalismo Profa. Dra. Vanessa de Souza Oliveira

EXPEDIENTE CONTRAPONTO

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann
Editora Assistente Anna Cândida Xavier
Secretário de Redação Khauan Wood
Fotografia Livia Soriano
Mídias Sociais Isabela Fabiana, Nicole Domingos e Luis Henrique Oliveira
Assistente de Produção Giuliana Zanin

Editorias

Cultura e Entretenimento
Giovana Laurelli e Amanda Campos
Esportes Nathalia de Moura e Gabriel Ayres
Internacional Pedro Bairon e Julia Napolini

Moda Gabriela Jacometto
Política Artur Maciel e Letícia Falaschi
Ambiental Vítor Nhoatto
Crônicas e resenhas Nicole Domingos

CopyDesk Alice Di Biase, Ana Pires, Beatriz Alencar, Esther Ursulino, Isabelli Albuquerque, Julia Berkovitz, Larissa Pereira, Laura Paro, Maria Eduarda Frazato, Melissa Joanini e Sophia Pietá

Checagem de Fatos Annanda Deusdará, Fabiana Caminha, Julia Sena, Luane França, Maria Eduarda Cepeda e Pedro Premero

Ombudsman Fábio Fernandes da Silva

Comitê Laboratorial Cristiano Burmester, Diogo de Hollanda, Maria Angela Di Sessa, Pollyana Ferrari e Vanessa de Souza Oliveira

Fotografia de capa Esther Ursulino

Projeto e diagramação Alline Bullara

Contraponto é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes
CEP 05014-901 – São Paulo/SP
Fone: (11) 3670-8205

Ed. Número 146 – Novembro/Dezembro de 2025

Os textos publicados nesta edição não refletem necessariamente a opinião de todo o corpo editorial do *Jornal Contraponto*. As reportagens são laboratoriais, produzidas por estudantes do curso de Jornalismo da PUC-SP, e visam estimular o debate sobre os assuntos mais relevantes da conjuntura nacional e mundial.

Política

Vladimir Herzog permanece vivo	4
PEC da blindagem cai por votação unânime.....	6
A condenação histórica de Bolsonaro	8
A repórter Thais Bilenky e a sua paixão pela política	9
Remoção do canal da TV PUC abre discussão sobre o poder das Big Techs	10
SimSD consolida tradição de debates, amplia rede de escolas parceiras e leva 120 alunos à PUC-SP	12

Internacional

Potências do Ocidente reconhecem a Palestina como Estado	14
Censura e a corrupção inflamam crise no Nepal.....	16



© Khames Alrefi/Anadolu
via Getty Images

Ambiental

Após uma década, Mariana segue soterrada pelo peso da impunidade ambiental.....	18
---	----

Moda

Demissão na Vogue Brasil reacende debate sobre política e representatividade na moda	19
--	----

Entretenimento e cultura

© SplashNews



PSSICA: quando a vida real se torna livro	20
"Express Yourself" – Mas apenas se for jovem	22
Tarifa de 100% sobre filmes estrangeiros: o novo muro de Trump contra o cinema global.....	23
Artistas latino-americanos se posicionam contra os EUA.....	24

Esportes

Possível banimento de Israel da Copa do Mundo de 2026 resalta tensão política	26
"Tinha que ser mulher": o machismo que transforma o jogo em campo de batalha	27
Esporte paralímpico cresce no Brasil, mas ainda carece de visibilidade.....	28

Crônicas e resenhas

Crônica: Entre altos e baixos, encontros e desencontros.....	29
Crônica: O julgamento que Vlado não viu	30
"Viva Lá Revolución" - Como Uma Batalha Após a Outra já nasce como um dos grandes filmes da década.....	31
Todd Phillips inova no mundo de adaptações ao trazer críticas ao contemporâneo em "Coringa"	32
47º Prêmio jornalístico Vladimir Herzog.....	33



PUC-SP perde um dos maiores e melhores professores desde sua fundação	34
---	----

Vladimir Herzog permanece vivo

No dia 25 de outubro completam-se 50 anos do assassinato do jornalista croata-brasileiro durante a ditadura militar

Por Beatriz Lima, Isabelle Rodrigues, Gianna Flores, Guilbert Inácio e Manuela Schenk

Neste ano, o Brasil deu sua resposta à tentativa de golpe. Pela primeira vez, um ex-presidente e oficiais de alto clero do Exército sentaram-se nos bancos dos réus e foram condenados por atentado contra a democracia. O evento coincide com os 50 anos de uma das mortes mais emblemáticas da ditadura militar, iniciada em 1964: de Vladimir Herzog.

Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, apresentou-se na manhã de sábado, 25 de outubro de 1975, para prestar esclarecimentos sobre sua atuação profissional e política. Ele entrou voluntariamente no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Na noite anterior, agentes da repressão já o haviam procurado em seu local de trabalho, mas a emissora conseguiu um acordo para que ele comparecesse no dia seguinte entre as ruas Tomás Carvalhal, 1030, e Tutóia, 921, sede oficial do DOI-CODI.

Depois de um dia inteiro sem informações, na madrugada de domingo, a esposa de Herzog, Clarice, teve seus temores confirmados. Na tarde do dia 26 de outubro, chegou às redações a nota oficial do Comando do II Exército confirmando a morte de “Wladimir” Herzog. O texto afirmava que se tratava de um suicídio por enforcamento.

De Vlado a Vladimir

Nascido em 27 de junho de 1937, em Osijek, na Iugoslávia (atual Croácia), Vlado Herzog e sua família judia fugiram do nazismo, quando ele ainda era criança, para a Itália. No fim de 1946, emigraram para o Brasil, estabelecendo-se em São Paulo. Vlado ingressou na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), onde conheceu Clarice Ribeiro Chaves, sua esposa.

A carreira de Vlado começou em 1959 como repórter no jornal **O Estado de S. Paulo**. Foi nesse período que ele trocou seu nome para Vladimir, com o objetivo de soar mais familiar para os leitores brasileiros. Como jornalista, passou pela TV Excelsior, Rádio BBC de Londres, o que o levou a morar na Europa, Revista Visão e jornal Opinião. Na década de 1970, assumiu a direção do departamento de jornalismo da TV Cultura. Também foi professor de telejornalismo na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

No casamento com Clarice, Vladimir teve dois filhos, Ivo e André Herzog. Eles nasceram em Londres, durante o período de exílio da família motivado pela ditadura militar.



Vlado com os filhos André e Ivo

A mentira

A notícia da morte de Vladimir Herzog gerou rápida reação de familiares, amigos e colegas de profissão. Nos dias seguintes, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSJ) tornou-se ponto de encontro. Seiscentas pessoas compareceram ao pátio do Hospital Albert Einstein para acompanhar Clarice Herzog na despedida, com a presença de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, e do presidente do sindicato, Audálio Dantas. Atores como Raul Cortez e Juca de Oliveira e políticos, como Franco Montoro, também estiveram presentes.

No livro *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*, o jornalista e amigo de Herzog, Fernando Pacheco Jordão, relata que Clarice teve poucos minutos para ver o rosto do marido antes de fecharem o caixão. Ele recorda as palavras dela: “Eu vi o Vlado morto por alguns segundos, mas o suficiente para observar que, apesar de tudo o que ele sofreu, estava bonito, com uma expressão serena de quem está fora, liberto”. Desde então, ela estava determinada a provar que tudo era mentira.

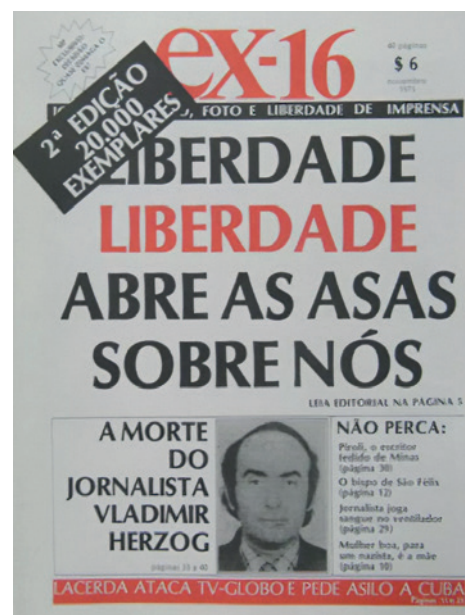
Clarice foi a primeira a questionar o ocorrido e a denunciar o crime. Junto à nota oficial do Comando do II Exército, um relatório da perícia também foi divulgado.

Nele, havia uma foto com o corpo de Herzog pendurado à janela por uma tira de pano, mas a imagem apresentava um erro evidente: seus pés encostavam no chão, o que tornava impossível o suicídio. Jornistas presos no mesmo local testemunharam que Vlado fora morto sob tortura.

Em 1978, o legista Harry Shibata admitiu ter assinado o laudo necroscópico sem examinar o corpo, o que deu base às acusações de assassinato. O sindicato organizou um manifesto que mobilizou mais de mil profissionais em todo o país para cobrar esclarecimentos.

Clarice moveu uma ação de indenização contra o Estado brasileiro pelo assassinato do marido e, em 1978, obteve a sentença para a penalização. Em 2009, os Herzog levaram o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Em 2018, o Brasil foi condenado pelo crime de Lesa-Humanidade, de acordo com o Direito Internacional, instigado pela falta de investigação e punição dos torturadores de Vlado.

Foi um grande passo para a justiça contra os crimes cometidos durante a ditadura – a primeira vez que um tribunal internacional reconheceu que o Brasil cometeu crime contra a humanidade no regime militar. Outra conquista veio em 2013, com a retificação do atestado de óbito de Vlado, que passou a constar como vítima da violência do Estado, substituindo a versão de suicídio. Em 2025, o Estado brasileiro determinou o pagamento de pensão vitalícia a Clarice como indenização pelo crime cometido contra o marido.



Edição do jornal Ex levantou questionamentos sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog

O ato ecumênico

Na sexta-feira, 31 de outubro de 1975, cerca de 8 mil pessoas conseguiram chegar à Catedral da Sé para o Ato Ecumênico que lembraria a morte de Vladimir Herzog. Muitos não puderam comparecer, impedidos pelas forças de segurança na chamada “Operação Gutemberg” – que tinha os jornalistas como alvo. O convite para o ato foi publicado nos principais jornais, mas proibido pela censura nos rádios e nas televisões.

A ideia surgiu dos encontros realizados no Sindicato dos Jornalistas. A proposta inicial era realizar a celebração na Catedral da Sé para garantir a proteção do cardeal de São Paulo. No entanto, Vlado era judeu. Por respeito à família, concordaram em fazer um ato ecumênico. Além de Dom Paulo Evaristo Arns, participaram o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright. O compromisso de todos era evitar provocações e repressão dos agentes do Estado, por isso os participantes concordaram em não levar cartazes nem gritar palavras de ordem. O medo estava no ar.

Ao saírem da catedral em silêncio, em grupos de quatro ou cinco pessoas, os participantes não imaginavam que haviam feito parte de uma das manifestações mais marcantes contra a ditadura brasileira.

O Instituto Vladimir Herzog

Em 2009, sob o comando de Ivo Herzog, filho mais velho de Vlado, foi criado o Instituto Vladimir Herzog. A entidade surgiu para manter viva a memória de Vladimir e reunir todas as informações sobre ele em um só lugar. Em entrevista ao **Contraponto**, Ivo contou que a família escolheu o aniversário do pai para o lançamento para mostrar que o instituto não é só sobre a morte dele, mas também sobre sua vida.

Ivo iniciou o trabalho de recuperação da história recente do Brasil pelo olhar dos jornalistas, com foco atual em educação em direitos humanos. O instituto atua em três áreas principais: Memória, Educação e Jornalismo. Além de guardar relatos sobre Vlado, ele apoia a educação básica por meio de projetos que já alcançaram mais de 1.500 escolas e um milhão de alunos.

A instituição também mantém o Prêmio Vladimir Herzog e o Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, destinado a estudantes de jornalismo. Além disso, faz parte de uma coalizão de defesa de jornalistas sob ameaça.

Segundo Ivo Herzog, essas ações contribuem para que a sociedade cobre medidas concretas e para que a cultura da



© Alice Vergueiro / Acervo PVH

A estatueta do prêmio, criada pelo artista plástico Elifas Andreato, tem a silhueta de Herzog

impunidade acabe: “Para que a gente não tenha que ter medo da polícia. Para que o jornalista não tenha que ter medo da integridade física por causa do conteúdo da reportagem que vai publicar”, afirma.

O presente

Para marcar os 50 anos da morte de Herzog e a luta pela redemocratização, o instituto, a família, amigos e diversas entidades da sociedade civil programaram uma nova celebração na Catedral da Sé, realizada em 25 de outubro de 2025.

No lugar dos três líderes religiosos de 1975, participaram o arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, o rabino Rav Uri Lam e Anita Wright, presbítera e presidenta da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, além de filha de Jaime Wright. Para Ivo Herzog, a celebração de 1975 é considerada o ponto em que começa o fim da ditadura.

Outro evento dos 50 anos foi a inauguração do Calçadão do Reconhecimento na Praça Memorial Vladimir Herzog. A partir de outubro, o local passou a ter gravados no chão os nomes dos vencedores do Prêmio Vladimir Herzog. A primeira etapa contemplou 45 nomes da categoria Especial, que homenageia personalidades que contribuíram para a democracia, como Dom Paulo, Rubens Paiva e Glória Maria.

Para o jornalista Sérgio Gomes, idealizador e articulador da Praça, que esteve preso no DOI-CODI no mesmo período em que Herzog foi morto, o calçadão representa “um símbolo de estímulo para a criatividade e a luta das novas gerações”.

O Vlado eternizado por meio da tecnologia

— Olá, sou Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura. Com quem estou falando? O que quer saber de mim?

— Por que você se entregou voluntariamente naquela manhã de sábado?

— Naquela manhã, apresentei-me ao DOI-CODI porque não tinha nada a temer. Acreditava que, como jornalista...

Esse diálogo, assim como muitos outros sobre a vida de Herzog, é possível graças à tecnologia. Está em teste um sistema de inteligência artificial baseado em sua vida. Desenvolvido pelo jornalista e contemporâneo de Herzog, Paulo Markun, e por seu filho, Pedro Markun, o avatar de Vlado simula uma conversa com ele.

O banco de dados usado para treinar a inteligência artificial é composto por entrevistas, depoimentos e todo o acervo digital da época disponibilizado pelo Instituto Vladimir Herzog, além de livros e documentários publicados sobre sua trajetória. “A gente começou a perceber que isso tem um potencial pedagógico imenso”, explica Paulo Markun.

Os desenvolvedores, em parceria com o Sesc São Paulo, programaram o evento *Vladimir Herzog, IA e Memória*. No primeiro dia, os jornalistas Caco Barcellos e Mariana Castro entrevistaram o avatar. No segundo dia, o professor Leonardo Foletto e o jornalista e professor Eugênio Bucci discutiram o uso ético da IA para a construção da memória histórica.

A história hoje

Para Ivo Herzog, a história ainda não terminou, por isso é tão importante a nova celebração na Catedral da Sé: “A gente precisa lembrar a luta de todas as pessoas, a luta de minha mãe ao longo desses 50 anos, a luta de todos esses familiares que só dez meses atrás receberam seus títulos de óbito retificados”. Na sua visão, o processo de reparação no Brasil tem sido lento e ainda há uma persistência por parte das gerações que lutam pelo direito à memória.

Ana Luisa Zaniboni Gomes, explica a importância de relembrar os fatos 50 anos depois: “A história é um processo lento, e é preciso relembrar para não repetir”. A curadora acredita que trazer essas discussões ajuda a juventude a entender que não está tudo resolvido. “Trazer este evento neste ano nos dá muitas lições sobre como lutar e como defender nossa democracia”, ressalta.

PEC da blindagem cai por votação unânime

Proposta que buscava imunizar congressistas gera revolta popular e é derrubada no Senado com ajuda de manifestações populares

Por Julia Quartim Barbosa, Matheus Almeida, Rafael Pessoa e Vinícius Evangelista

No mês de setembro, o Brasil assistiu a uma forte movimentação política no âmbito parlamentar e social brasileiro. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2021, que ficou conhecida como PEC da Blindagem, foi rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por ser considerada inconstitucional. A PEC foi desaprovada depois de passar com voto amplamente favorável na Câmara dos Deputados, por conta da reação pública e midiática de grande insatisfação com o projeto.

A PEC foi escrita inicialmente em 2021, idealizada pelo então deputado Celso Sabino (União Brasil), atual Ministro do Turismo, e assinada por mais 185 deputados. A justificativa do texto original se baseava na prisão do ex-deputado federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), Daniel Silveira, depois de publicar um vídeo em que defendia o fim do Supremo Tribunal Federal (STF), com acusações e ameaças aos ministros.

A justificativa da proposta era ampliar a segurança da liberdade de expressão dos deputados, mesmo aos que cometessem crimes de ataque às instituições democráticas. O argumento era que a Proposta buscava “neutralizar o cerceamento ao livre exercício de seu mandato e às suas funções parlamentares”, segundo o texto. Apesar da grande repercussão do caso do deputado preso, a proposta não ganhou tração e foi arquivada no mesmo ano.

A PEC voltou a ser considerada após uma reunião do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), com os líderes dos partidos. Segundo ele, a proposta iria “fortalecer a atividade parlamentar”. Na sua protolação, a relatoria foi ocupada pelo deputado Lafayette de Andrada (Republicanos – MG), no entanto, em setembro deste ano, o cargo foi passado ao deputado Claudio Cajado (Progressistas). A versão foi considerada “mais branda” e alterou partes do texto original, porém continuou com a ideia central de proteger os parlamentares por meio da necessidade de uma votação secreta para iniciar uma investigação contra eles no STF.

Se o projeto fosse sancionado, os deputados e senadores seriam protegidos de serem investigados ou até presos em flagrante. Portanto, a Casa Legislativa à qual fizessem parte precisaria formar maioria absoluta para que pudessem ser julgados pelo STF.

Esse sistema já existiu na Constituição do Brasil: de 1988 até 2001 os deputados

e senadores não podiam ser processados pelo STF até que a Câmara ou o Senado aprovassem. Durante esse período, houve mais de 300 pedidos e nenhum foi aprovado. Entre os casos, parlamentares que foram acusados de corrupção e até homicídio nunca foram julgados.

Na madrugada entre os dias 16 e 17 de setembro, o projeto foi relatado e aprovado em duas instâncias, com 344 votos favoráveis contra 134 opostos. A sociedade brasileira estava diante de uma articulação de autodefesa e perversidade corporativa.

Em votação, o deputado pelo Partido Liberal em Minas Gerais, Nikolas Ferreira (PL-MG), afirmou que a PEC é uma forma de proteção política para aqueles que estão sendo perseguidos, e que a oposição opta por votar contra por já estar protegida. “Sim, queremos ser blindados mesmo de um STF que age como agente político contra membros dessa casa, abrindo inquéritos, fazendo busca e apreensão por palavras”, ressaltou.

A fala do deputado reverberou entre perfis de esquerda nas redes sociais e foi citada pela jornalista e ex-deputada Federal,

Manuela D’ávila, que usou o trecho para ironizar o parlamentar do PL: “Nikolas Ferreira sendo sincero e explicando a PEC da Blindagem, que autoriza parlamentares a cometerem crimes e serem julgados pelos seus”, escreveu em publicação.

Apesar de ser uma articulação majoritariamente do grupo de parlamentares do centrão e apoiada por partidos da direita bolsonarista, entre aqueles favoráveis ao projeto estavam 48 deputados federais dos partidos que compõem a base do governo Lula, sendo 12 do próprio PT (Partido dos Trabalhadores).

Sem a base aliada, seriam apenas 296 votos favoráveis no segundo turno, o que não atinge o mínimo de três quintos dos membros da Casa Legislativa, que corresponde a 308 votos na Câmara dos Deputados: uma consequência da base não fortalecida no legislativo. Entre os partidos da base aliada, apenas o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), o PSOL (Partido Social e Liberdade) e a Rede votaram integralmente contra a PEC, junto ao Novo, que teve 80% de votos contrários e 20% de deputados que não se manifestaram.

Dias após a votação e o levante público de repúdio à aprovação da PEC, deputados

federais pertencentes a partidos da base e de oposição ao governo manifestaram arrependimento nas redes sociais. As justificativas dos parlamentares variavam entre pressões, ameaças e articulações políticas internas. “Porque é um pouco inoportuno imaginar que deputados, senadores e presidentes de partidos não seriam processados se cometerem crimes, se a Câmara entender que eles não devem ser julgados”, afirmou Thais Bilenky, jornalista do UOL, em entrevista ao **Contraponto**.

Segundo a jornalista, a proposta denota um certo conforto e autoconfiança exacerbada dos parlamentares: “Acho que eles [os deputados] ousaram muito nessa proposta e a sociedade reage quando a coisa passa do limite”. Essa reação



© Reprodução/Gabriela Biló

Parlamentares na câmara dos Deputados protestando à favor da anistia

foi vista em diversas cidades do Brasil com atos em Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, entre outras cidades, com duas pautas principais: contra a anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de estado e à PEC da Blindagem.

Rosemary Segurado, professora e pesquisadora de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, interpreta que a rejeição é “uma forma da população dizer ao Congresso ‘tô de olho, não vamos aceitar esse desmando, esse privilégio’”.



© Davi Resende

Manifestantes vão às ruas após avanços da aprovação da PEC da blindagem

Na Avenida Paulista, segundo o levantamento da USP, o ato contou com aproximadamente 42 mil apoiadores no local. Além de placas contra as propostas da oposição e contra políticos da direita bolsonarista, como o deputado Nikolas Ferreira, o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo, bandeiras também foram estendidas. A maior delas foi aberta em frente ao MASP, onde ocorreu a concentração do evento.

Conrado Corsalette, editor-chefe do Nexo Jornal, secretário de redação do Poder360, afirmou, ao **Contraponto**, acreditar que a junção das duas propostas criou uma comoção única: “Duas informações que poderiam vir de forma separada, juntas, criaram uma sensação de

indignação grande nas pessoas”. Para o jornalista, o significado da PEC da Blindagem mostra-se como um privilégio de não cometer crimes pelos políticos: “essa classe política não quer ser punida, seja por crimes comuns, seja por atentar contra a democracia”.

Três dias após as manifestações populares, em 24 de setembro, a PEC foi votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que analisa se os projetos respeitam as leis e a Constituição. A sessão foi presidida por Otto Alencar (PSD-BA) que já havia adiantado em entrevista que a matéria seria rejeitada assim que chegasse ao Senado.

Alessandro Vieira (MDB-SE) foi escolhido como relator da proposta e, desde o início, declarou-se contrário. “Confio que o plenário desta comissão rejeitará a PEC da Blindagem, virando uma página triste do nosso Legislativo e homenageando a nítida vontade popular, que clama por mais Justiça”, disse, pouco antes do início da votação.

Em seu relatório, Alessandro recomendou a rejeição integral da PEC, argumentando que o texto tinha desvio de finalidade e servia para proteger parlamentares de investigações criminais, em vez de fortalecer o exercício legítimo do mandato. “A intenção foi majoritariamente beneficiar Bolsonaro”, afirma Rosemary Segurado. Segundo ela, uma vez que o projeto fosse aprovado, os congressistas poderiam avançar com a anistia do ex-presidente.

Foram 26 votos pela rejeição da PEC na CCJ, e nenhum contrário. “Foi muito além dos limites de uma tolerância, dar uma carta branca para políticos cometerem qualquer tipo de crime sem serem punidos. A população percebeu isso, o mandato não pode ser usado como privilégio”, conclui a pesquisadora.

Ela também comenta sobre o papel do governo Lula “de conduzir o espírito de instituição democrática”. Segundo a professora, medidas de combate à corrupção foram criadas em governos anteriores de Lula e que a repercussão negativa à PEC foi benéfica ao governo.

Com o cenário político brasileiro conturbado após a condenação do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, a PEC da Blindagem foi um deslize cometido pelos parlamentares da extrema direita. Rosemary afirma que o recuo de tais parlamentares é efeito da proximidade das eleições: “Não é que respeitem as ruas, mas perceberam o risco de, num período prévio às eleições, perderem bases de apoio e eleitores para 2026”.

Ela complementa: “Evidentemente que os congressistas e os candidatos que votaram contrários à PEC da Blindagem vão utilizar as imagens desses votos (nas próximas eleições)”, fato que já foi visto nas manifestações dos dias 21 e 22 de setembro, onde fotos e listas eram divulgadas com os nomes dos políticos que votaram a favor e neles eram nomeados os ‘inimigos do povo’.”

A inelegibilidade de Bolsonaro para a próxima eleição somada a impopularidade de Tarcísio de Freitas, atual governador de São Paulo, e a esse ocorrido, causam um efeito direto na eleição do próximo ano, afirma a professora. Rosemary acredita que o impacto dos parlamentares nas eleições é notável, principalmente se continuarem “votando pautas que, além de serem antidemocráticas, são antipovo”, reforça a professora.



© Rafael Pessoa

Cartaz contra os parlamentares que votaram à favor da PEC da Blindagem

A condenação histórica de Bolsonaro

Pena de ex-presidente chega a 27 anos e sete meses, por ser considerado o líder da trama golpista

Por Annick Borges, Beatriz Manocchio, Davi Rezende, Guilherme Santos e Rafael Pessoa

No dia 2 de setembro, o Brasil acompanhou um momento histórico na primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF): o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete réus envolvidos na tentativa de golpe de Estado. Os oito criminosos foram julgados por abolição violenta do Estado Democrático de Direito, associação criminosa armada, dano qualificado contra o patrimônio da união, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. As penas variam de 2 a 27 anos e sete meses.

O processo começou com a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 26 de março. Ele foi dividido em quatro núcleos cruciais diante das funções exercidas pelos envolvidos na tentativa de golpe. Acusações, defesas e os votos foram divididos entre os dias 2, 3, 9, 10 e 11 de setembro, e conduzidos pelos cinco ministros da primeira turma do STF: o relator do caso, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Flávio Dino, Luiz Fux e Cristiano Zanin presidindo a sessão. O veredito veio após a condenação dos réus por maioria, com 4 votos a favor e 1 contra, proferido por Fux.

As denúncias

No dia 8 de janeiro de 2023, o Brasil sofreu um atentado à democracia. O alvo principal foi a Praça dos Três Poderes, em Brasília. Bolsonaristas e manifestantes saíram da frente dos quartéis, onde estavam reunidos, rumo ao Palácio do Planalto. Invadiram prédios do governo e destruíram diversos patrimônios públicos e históricos. A maioria pediu por uma intervenção militar no país, contestando o resultado das eleições presidenciais.

O inquérito da Polícia Federal (PF), se tornou público em novembro de 2024. Bolsonaro e os outros cinco julgados fazem parte do núcleo 1. No mesmo mês, o ex-presidente e ex-integrantes do governo foram indicados por suposto planejamento de um golpe de estado. O objetivo era impedir o funcionamento regular dos Poderes da República e derrubar o presidente Lula, legitimamente eleito pela terceira vez.

A PGR apontou que os acampamentos bolsonaristas em Brasília, os discursos eleitorais e os ataques contra a legitimidade das urnas, foram ações que reforçaram as campanhas anti-democráticas e aumentaram o apoio à ativação de forças militares no poder.

Paulo Gonet, procurador geral da Procuradoria, argumentou durante a apresen-

tação de novas provas contra os integrantes da trama golpista, em 2 de setembro, que "o momento culminante da balbúrdia ocorreu no dia 8 de janeiro". Para ele, o caos era a etapa principal no desenrolar do golpe.

A partir do inquérito, cinco pessoas foram presas, sendo quatro militares do Exército e um agente da PF. Todos participaram do chamado "Punhal Verde e Amarelo", plano feito para matar Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e Moraes.

Os assassinatos iriam ocorrer três dias após a diplomação do membro do PT (Partido dos Trabalhadores) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O crime seria feito, em maioria, pelos os "kids pretos", codinome referido aos militares das Forças Especiais, julgados no núcleo 3 da tentativa de golpe.

Em 19 de fevereiro de 2025 a delação premiada de Cid veio a público. Realizada em 2023, ela contribuiu para o estudo da PF e da PGR sobre a participação do ex-presidente na trama. O ex-ajudante de ordens de Bolsonaro afirmou ter visto o então presidente editando a minuta do golpe e a apresentando às Forças. O delator também revelou informações sobre o financiamento do plano, afirmando que o general Walter Braga Netto teria pedido para ele procurar o Partido Liberal (PL) e conseguir recursos para cumprir o plano.

O julgamento

Além de Bolsonaro, os condenados do chamado "núcleo crucial" são: Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil; Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; Alexandre Ramagem, ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e deputado federal; Almir Garnier, ex-comandante da marinha; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e Paulo Sérgio Nogueira, general e ex-ministro da Defesa do ex-presidente.

Segundo a PGR, "a atuação conjunta dos denunciados, sob a coordenação, inspiração e determinação" de Bolsonaro, explicita a existência de uma organização criminosa.

Na defesa dos réus, realizada nos primeiros dois dias de julgamento, foi alegado: violações processuais e cerceamento de defesa, parcialidade do relator, falta de credibilidade nas provas e acusação de que os atos foram preparatórios e não executórios, ou seja, foram somente uma tentativa e não o delito em si. Para a ministra Cármen Lúcia, os argumentos não têm



© Rafael Pessoa

embasamento, visto que "se [o plano] desse certo não teria como julgar os crimes".

Os votos

A votação começou no dia 9 de setembro, na terceira sessão do julgamento, aberta com o discurso de Moraes. O ministro condenou todos os oito réus e se referiu a Bolsonaro como o "líder da organização" com hierarquia e objetivos claros. Dino, Cármen Lúcia e Zanin seguiram na mesma linha de raciocínio. Defenderam a competência da Casa para julgar o caso e reforçaram a notabilidade insustentável de anistia aos réus.

Fux pediu a anulação do julgamento e condenou apenas Cid e Braga Netto, absolvendo os demais envolvidos. Na leitura do voto, que durou 14 horas, o ministro argumentou sobre a "incompetência do STF de agir sobre o caso". Wagner Gundim, professor de Direito Civil e Público na PUC-SP, não considera o voto do ministro "como brecha especificamente para a diminuição das penas, mas certamente daria um novo fôlego para as defesas dos acusados".

O futuro de Bolsonaro

Os réus foram condenados às seguintes penas: Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão, Anderson Torres a 24 anos de prisão e perda de cargo, Walter Braga Netto a 26 anos de prisão, Almir Garnier a 24 anos de prisão, Augusto Heleno a 21 anos de prisão, Paulo Sérgio Nogueira a 19 anos de prisão, Alexandre Ramagem a 16 anos e 1 mês e 15 dias de prisão e perda de mandato e Mauro Cid a 2 anos em regime aberto, pena que foi reduzida considerando a delação premiada.

Mesmo com a fixação de uma pena elevada, a condenação do ex-presidente não significa prisão imediata. "O único recurso cabível é o de embargos de declaração que, por sua vez, não têm efeitos modificativos, visando mudar apenas questões de omissão, contradição ou obscuridade", afirmou Gundim.

Ainda quando era acusado pelo crime contra o Estado, Bolsonaro manteve certa influência entre 37% do eleitorado que se consideravam bolsonaristas, contra 35% que se identificavam como petistas, segundo a pesquisa realizada pelo Datafolha divulgada em 8 de agosto, antes do julgamento.

"Agora, com a tentativa de golpe, envolvendo alguns militares, a condenação recupera, de certo modo, o prestígio das instituições e reitera o fato de que ninguém está acima do poder", concluiu o professor.

A repórter Thais Bilenky e a sua paixão pela política

A colunista do UOL fala sobre seu processo criativo, trejeitos que ganhou com a experiência na cobertura jornalística e momentos marcantes da carreira para os alunos da PUC-SP

Por Artur Maciel, Isabela Fabiana e
Thaís de Matos

Descontraída, Thais Bilenky começou a fazer perguntas aos estudantes de jornalismo que estavam ali para entrevistá-la. “Quantos anos vocês têm? Você já tá trabalhando?” E os alunos seguiram a linha do porquê fazem jornalismo e se interessam por política. E, principalmente o que levaram-os a estar lá, na manhã do último dia de setembro. Depois, ela devolve a manta de jornalista pros alunos: “E o que você quer perguntar?”

Thais escolheu a manta por acaso. “Quando eu era criança, queria ser deputada federal”, diz ela, conhecida pelo seu perfil de quem cobre as cadeiras do Congresso. Um de seus espectadores perguntou sobre seu texto “O deputado marombado”, no qual ela entrevistou Daniel Silveira em 2019 para a **Revista Piauí**. O bolsonarista, como se mostrava nas redes, para além de seu porte físico, é conhecido pela condenação por crimes de ameaça ao Estado democrático de Direito. Thais descreve a reação do deputado ao seu texto: “Morreu de saudade de mim, quando acabou [o texto]”

Já se tornaram célebres os perfis que Bilenky traça durante as entrevistas que faz. Um dos casos mais conhecidos é o da entrevista com o homem que se tornaria presidente do país, Jair Bolsonaro. Ela relembra quando foi acudida pela assessoria do então deputado federal, e ainda comenta um vídeo que fizeram dela à época, onde é retratada em três diferentes rounds.

“O Round 1: ‘Jornalista da Folha de São Paulo vem para destruir o Bolsonaro’, aí mostra o Bolsonaro tipo me lacrando; Round 2: ‘Jornalista da Folha fica intimidada; Round 3: ‘Jornalista da Folha sai apaixonada’, e aí, corações saindo, eu louca pelo Bolsonaro e game over.”

Thais ri e brinca com um pedaço de papel, como costuma fazer nas entrevistas, enquanto descreve a história do início do bolsonarismo no país. “Eles acham que uma mulher jornalista, das duas a uma: ou destrói ou se apaixona. E como eu não fui para destruir, nem para outra coisa, então eu me apaixonei”, caço a jornalista de toda a situação de machismo e misoginia que passou.

Nem para destruir, nem para edificar. Bilenky explica que não escreve com carga pessoal. Porém, tem consciência de que algo pode escapar, pois o que ela relata é fruto de seu repertório sócio-cultural. Cuidadosa no processo de escrita, a jornalista afirma que, além de não gostar, prefere

não dar sua opinião nas reportagens: “Não é por aí que eu caminho, não é minha matéria-prima”. Com essa convicção, ela ressalta que não precisa convencer seu leitor de nada e que acha bonito quando pessoas que pensam igual ou diferente dela se conectam com o texto, mesmo que por motivos distintos.

Ao abordar o processo de escolha e construção das personagens de seus textos, ela demonstra a sua necessidade de mergulhar no mundo do entrevistado e “se embriagar dele”, nas suas palavras. Bilenky revela uma espécie de obsessão saudável; necessária à construção de um perfil.

Interessada em compreender pessoas das quais discorda, a jornalista já retratou diversos personagens polêmicos. “Um evangélico de direita, conservador, pró-aborto, entre outros. Eu respeito e admiro vários deles”. Ela ainda explica o porquê dedica seu tempo a estudar essas pessoas: “Eu quero realmente entender qual é a deles”.

Thais ainda é autora de podcasts do cenário político, como o Foro de Teresina (**Revista Piauí**), Alexandre (**UOL**), A Hora e Lira: Os Atalhos do Poder (**UOL Prime**), que representam a maior gratificação da sua carreira até então. Ela conta que, quando fez a migração para o formato em áudio, encontrou uma maneira de se colocar, de ter um espaço para ser quem é.

Mesmo com esses projetos prendendo a atenção de milhares de ouvintes, a jornalista se refere ao seu trabalho com certa desimportância: “Eu parto sempre do pressuposto de que não interessa; uma matéria, um comentário, um livro, nada.” A respeito de sua produção, ela ainda acredita que vem de uma linha utilitária do

texto: “Já tem muitas palavras no mundo, e eu não tenho nada a dizer”, descontrai.

Thais Bilenky construiu parte de sua carreira na **Folha de São Paulo** – de onde ela diz ter desenvolvido uma certa “cara de pau” por conta da linha editorial. “Tirei uma coisa boa disso, mas jamais fui esse ‘macho-alfa’ de meter o dedo na cara da pessoa”, ressalta. Através desse atributo, a colunista do UOL tenta lidar com o machismo e misoginia constantes nas redações e na sociedade.

Indignada, ela relembra de episódios em que entrevistou uma fonte masculina ao lado de um repórter, onde o entrevistado se direcionava apenas ao seu colega de trabalho, sem sequer olhá-la. “Uso isso como informação para mim. Então, esse cara é de esquerda, é progressista, é o caramba a quatro. Mas ele é machista e finge que eu não estou lá”, analisa.

Ao aconselhar os jornalistas em formação que também pretendem seguir na política, ela abre um leque de possibilidades e caminhos: Executivo, Judiciário, Congresso, Senado, Câmara, Ministério Público, Tribunal de Contas da União e outros. “O mundo inteiro está lá (Brasília), o Brasil inteiro está lá. É fascinante, é decisivo, é um privilégio”. A respeito de comentários como “política é dor de cabeça”, que frequentemente os estudantes ouvem, ela rebate de forma imediata: “Eu acho uma delícia, para mim é cachaça. Não consigo ver desse jeito”, brinca.

No final, depois de mais de uma hora contando sobre sua vida profissional, Thais Bilenky confessa que pensa em largar a profissão, e que pensa nisso todos os dias. “Eu tô há anos tentando achar alguma coisa para eu fazer, mas só consigo ser jornalista”, relata.



© Thaís de Matos

Jornalista conversou
com alunos ao lado
dos professores
Diogo de Hollanda e
Anna Feldmann

Remoção do canal da TV PUC abre discussão sobre o poder das Big Techs

A emissora ficou 12 dias sem acesso ao portal virtual: “Fomos vítimas de um ataque coordenado”, diz diretor Júlio Wainer

Por Annick Borges, Davi Rezende,
Larissa Pereira, Luana Maril e
Thomas Fernandez

No dia 19 de setembro, a TV PUC, o canal universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foi removida do ar da plataforma YouTube sem motivo aparente. De acordo com comunicado da Fundação São Paulo (FUNDASP), mantenedora da Universidade e a quem pertence o canal, por volta das 21 horas do dia em questão, a equipe recebeu um comunicado informando que o canal havia sido removido. A justificativa era de que “não foi seguida a política de spams, práticas enganosas e golpes” dentro das “regras e diretrizes da comunidade da plataforma”.

Após manifestações públicas da FUNDASP, da própria TV e de demais alunos do curso de jornalismo da Universidade, e de diversas tentativas de comunicação institucional do canal com a plataforma, a TV PUC voltou ao ar no dia 1 de outubro, 12 dias após sua remoção. Em entrevista ao jornal **Contraponto**, o professor e diretor da TV PUC, Júlio Wainer, comentou sobre a volta do canal: “Não podemos dizer o que fez o retorno acontecer. Talvez por si mesmo retornasse, porque eles [YouTube] teriam que dar uma resposta”. Wainer ainda lembrou que obteve resposta do site somente após mais de uma semana, não 48 horas, como dizia a mensagem padrão do programa.



© Reprodução/YouTube

Canal da TV PUC existe no YouTube desde 2007, mas começou a postar regularmente a partir de 2011

História da TV PUC

Há mais de 14 anos, o perfil do canal universitário conta com um grande acervo de palestras e produções autorais, como o documentário “Não se cala a boca de um povo!”, produzido durante a ditadura civil-militar, sobre a invasão no campus, em 1977. “O canal é o repositório de toda a memória audiovisual da Universidade dos últimos 17 anos. Tem desde trabalho de alunos, a programas de TV de todos esses anos”, disse Wainer. A TV PUC funciona como laboratório para que os alunos, principalmente dos cursos de Comunicação, desenvolvam habilidades práticas em produção audiovisual.

A história da emissora se encontra com a de tantos outros canais universitários do Brasil. Ela é uma das fundadoras da ABTU (Associação Brasileira de TVs Universitárias). A emissora surgiu como parte do Canal Universitário de São Paulo (CNU-SP), inaugurado em 1998, que reúne produções audiovisuais de diversas instituições de ensino superior da cidade, entre elas USP, Mackenzie e FAAP. Em seus primeiros anos, a TV PUC se organizava em torno de produções experimentais, palestras, entrevistas e programas feitos por estudantes e docentes. A ideia era traduzir para uma linguagem audiovisual o que se pensava dentro da Universidade. Dentro do Consórcio, a emissora sempre se destacou pelo enfoque em temas sociais, culturais e políticos.

Com a popularização das plataformas digitais, a TV PUC migrou parte de sua produção para o YouTube, transformando o canal em um arquivo público da memória audiovisual da Universidade. Ao longo dos anos, a emissora acumulou diversos reconhecimentos, como o Prêmio de Melhor Vídeo Institucional no Festival Gramado Cine Vídeo, em 2003, com o vídeo institucional *Teatro Tuca*, além de participações em eventos de destaque, como a tradicional transmissão da cerimônia do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

Parcerias recentes reforçam a missão de expandir o conteúdo universitário. Em 2023, a TV reafirmou aliança com o **Canal Futura** para a produção de conteúdos em conjunto, entre eles, um documentário sobre o antropólogo Kabengele Munanga. Em registros mais cotidianos, programas como *Nova Stella* e *Histórias Reais* mostram como a produção universitária pode escavar passado, refletir sobre ciência e cultura em suas intersecções com a vida cotidiana.

A memória das obras postadas no canal, que hoje reúne mais de uma década de produções, é preservada por meio de fitas cassetes. Migrar os vídeos para um novo canal não seria vantajoso, pois o intuito da televisão é também ser um espaço de memória, segundo Wainer. “Não é só publicar e alguém ver nas próximas semanas; é o acúmulo disso que é importante: a linha de construção de pensamento, de argumentação e a evolução no tempo histórico”, ressalta.

A queda do canal

O canal da TV PUC foi inicialmente removido sem justificativa específica da plataforma. De acordo com Wainer, a mensagem enviada pelo YouTube afirma somente: “Seu canal não estava seguindo a nossa política de spams, práticas enganosas e golpes”, uma das linhas das diretrizes da comunidade, como seriam mensagens padrões de remoção de perfis na plataforma.

“Sexta-feira, domingo, e segunda-feira ficamos sem resposta. Demos um alarme interno na PUC e tentamos falar diretamente com a central do YouTube, nos EUA, mas a resposta foi padrão”, disse o diretor do canal sobre as tentativas de contato com a plataforma que deveria dar retorno em 24 horas. Wainer afirmou que haviam perdido os 100 mil inscritos e não tinham mais acesso aos 5.700 vídeos produzidos.

No dia 15 de setembro, a TV PUC fez a transmissão ao vivo do evento em comemoração ao Dia Internacional da Democracia, que ocorreu no teatro TUCA, pertencente à Universidade. De acordo com Wainer, a remoção do canal do YouTube é resultado de um ataque coordenado, ligado à cobertura do ato democrático.

“A queda foi quando os inimigos da PUC, os inimigos da democracia, estavam extremamente acuados. Seu principal líder está condenado a 27 anos de prisão. Eles estavam desesperados e saíram para atacar, dando chute e pontapé como sabiam”, afirmou o professor, que acredita que o sistema da plataforma recebeu diversas denúncias de perfis online e suspendeu o canal para uma revisão.

O diretor compreendeu que a visibilidade do evento foi utilizada pela, nas suas palavras, “extrema direita acuada” para fazer denúncias realizadas por bots (robôs que realizam tarefas automatizadas e repetitivas na internet) do YouTube. “Isso é o que me parece, mas não tenho como confirmar”, ressaltou Wainer.



Equipe da TV PUC comemora
retorno de canal no YouTube
após 12 dias fora do ar

© Reprodução/Radar
FUNDA SP

O ato a favor da democracia, “Direitos Já!”, ocorre todo ano, e, em sua 12ª edição, recebeu convidados como o vice-presidente da república, Geraldo Alckmin, a atriz e cantora Marisa Orth, o ex-deputado e economista, José Aníbal.

Apesar do episódio, o diretor destacou que o portal não tem planos imediatos de buscar outras plataformas para se estabelecer. “O YouTube é a grande referência mundial para isso e assim tem sido. Então, ainda não há uma tomada de decisão do que fazer daqui para frente” afirmou Wainer. No entanto, o professor diz que este evento acende um alerta para as TVs universitárias sobre a confiabilidade da plataforma: “O que fazer? Confiar no YouTube? Que tipo de backup fazer? O alarme está dado não só para nós, mas para todo mundo”, completou.

Big Techs

A remoção do canal da TV PUC do YouTube reacendeu o debate sobre o poder das grandes plataformas digitais na moderação de conteúdo e os riscos da centralização da memória audiovisual. O episódio revela como decisões tomadas por sistemas automatizados, sem explicações claras ou canais de diálogo efetivos, podem afetar diretamente instituições educacionais e culturais que dependem dessas ferramentas para preservar e compartilhar conhecimento.

O YouTube, pertencente à Alphabet (controladora do Google), é hoje o principal repositório de vídeos do mundo. A dependência quase total de plataformas como essa torna vulnerável qualquer canal que não se enquadre nos padrões algorítmicos ou que seja alvo de denúncias em massa, como parece ter ocorrido com a TV PUC. A falha na comunicação com os próprios criadores evidencia a fragilidade da relação entre produtores de conteúdo e os programas que os hospedam.

Esse caso também se insere em um contexto mais amplo de discussões sobre a regulação das plataformas digitais no Brasil. Em junho de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para responsabilizar as Big Techs por conteúdos criminosos postados por usuários, reacendendo o debate sobre o artigo 19 do Marco Civil da Internet. A decisão, embora ainda pendente de tese final, indica uma mudança de paradigma: as plataformas não poderão mais se eximir de responsabilidade alegando neutralidade técnica.

Além disso, há indícios de que ataques coordenados por grupos políticos podem manipular os sistemas de denúncia das plataformas, como sugerido por Wainer. Isso levanta preocupações sobre a vulnerabilidade de canais independentes e universitários frente a campanhas de desinformação, fake news ou censura

indireta. O uso de bots e denúncias em massa pode levar à suspensão de conteúdos legítimos, sem que haja uma revisão humana criteriosa.

Esse tipo de situação levanta questões sobre a responsabilidade das Big Techs em garantir transparência e segurança para seus usuários. A centralização do poder de decisão em empresas privadas, muitas vezes sediadas fora do país, dificulta o acesso a mecanismos de contestação e revisão. Além disso, o uso de sistemas automatizados para detectar violações pode ser manipulado por campanhas coordenadas, como sugerido pelo diretor da TV PUC, colocando em risco canais que atuam na defesa da democracia e da liberdade de expressão.

Despertou-se também uma migração dos conteúdos de universidades, TVs públicas e canais independentes para outras plataformas. As alternativas de preservação de seus acervos digitais são backups externos, espelhamento em outras redes e estratégias de descentralização. O caso da TV PUC não é isolado – ele representa um alerta para todos que utilizam plataformas digitais como principal meio de comunicação e registro histórico.

A volta do canal ao ar, após quase duas semanas de silêncio, não encerra o problema. Pelo contrário, reforça a necessidade de repensar o papel das Big Techs na sociedade e de encontrar formas mais seguras e democráticas de garantir o acesso à informação e à memória coletiva. Afinal, quando a história de uma universidade pode ser apagada com um clique, é sinal de que há muito a ser discutido sobre liberdade nas redes sociais.



© Reprodução/FATAC Jales

As Big Techs são formadas por cinco empresas bilionárias que exercem
domínio no mercado da tecnologia

SimSD consolida tradição de debates, amplia rede de escolas parceiras e leva 120 alunos à PUC-SP

Simulação inspirada na ONU cresce após a estreia de 2024 e qualifica o comitê de imprensa com apoio da PUC-SP

Delegados no comitê da OMC debatem os principais desafios do comércio internacional durante a SimSD 2025

temáticos, defesa de interesses nacionais e busca por acordos entre as delegações dos estudantes. O ciclo se completa com a construção de alianças, negociação de propostas e participação em votações que simulam o processo decisório da ONU.

Esse percurso didático, que envolve pesquisar, argumentar, negociar e decidir, favorece a transposição do conhecimento para situações concretas e fortalece a autonomia intelectual dos alunos e alunas, segundo Fuoco.

Da estreia à expansão: 2024 a 2025

A edição de 2024 marcou a estreia da SimSD, com 90 alunos e dois comitês (COP30 e G20). A logística e a organização ficaram a cargo de estudantes que atuaram como secretária-geral, secretários acadêmicos, mesa diretora e staff.

Também realizada em três dias, a programação daquela edição além de contar com intensas discussões e debates, terminou com a entrega de uma carta-manifesto a Henrique Frota, diretor executivo da Abong (Associação Brasileira Organizações Não Governamentais) e representante civil na Civil 20, fórum da sociedade civil junto à ONU nas reuniões do G20 que aconteceram naquele ano.

A estudante Sophia Sequeira, primeira secretária geral da SimSD, em 2024, afirma que: “a SimSD proporcionou a prática de habilidades fundamentais, como debate, diplomacia e diálogo. Aprender a abrir mão de certas coisas para alcançar o bem comum foi um dos aspectos mais importantes”, afirmou, destacando o engajamento da comunidade escolar.



Delegações do Paquistão e do Reino Unido durante o primeiro dia de debates da 2ª edição da SimSD



Por Felipe Busico Scanavez, Flora Grosso Esher, Joana Ferreira de Souza Koln, João Colli Souza Mascarenhas e Tomás Travitzki Teixeira Hashish

Entre os dias 17 e 19 de setembro, 120 estudantes do Colégio São Domingos participaram, no campus da PUC-SP, da Simulação Interna São Domingos (SimSD), uma atividade inspirada no modelo da ONU. Durante três dias, os alunos representaram países, debateram temas internacionais e elaboraram resoluções em um exercício que combina prática diplomática e aprendizado em grupo.

O que é a SimSD e por que importa

Inspirada no formato dos Model United Nations (MUN), a simulação coloca os alunos no papel de delegados para discutir agendas globais com base em procedimentos e protocolos da ONU. Definido como um evento de discussão e debates estudantis, a SimSD tem como foco a experiência imersiva dos estudantes na dinâmica das relações internacionais e da diplomacia multilateral.

Segundo o professor de Geografia e um dos idealizadores da atividade, Tiago Fuoco, o projeto “nasceu de uma demanda crescente por debates geopolíticos entre os alunos, que cada vez mais demonstravam grande interesse por atividades como essas, a partir da participação expressiva em fóruns externos, como o Fórum FAAP e simulações realizadas em escolas parceiras”.

Até 2019, o colégio realizava um outro formato de atividade, o “EM Debate” (Ensino Médio em Debate), experiência anterior de discussão acadêmica, mas que foi paralisada com a pandemia de 2020. Em 2024, essa vocação ganhou nova forma com a criação da simulação interna, fruto desse interesse e da mobilização dos estudantes, além da criação da Oficina de Simulações e Debates que acontece

no contraturno do Ensino Médio. Assim, apoiado pela coordenação e pela direção da escola, além de viabilizado por uma parceria estratégica com a PUC-SP, naquele ano ocorreu o primeiro evento de simulação modelo ONU do CSD.

De acordo com o site do evento, a SimSD busca “promover a aprendizagem ativa, estimular a pesquisa, o pensamento crítico, a argumentação e a negociação”. Ao mesmo tempo, procura ampliar a compreensão do mundo e aprofundar o conhecimento sobre geopolítica, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, de forma a fomentar uma visão global e cidadã nos alunos e alunas. Na dimensão formativa, o evento procura desenvolver habilidades socioemocionais, por meio do incentivo ao trabalho em equipe, liderança, comunicação, empatia e respeito à diversidade, além de fortalecer uma cultura de paz, promovida por meio do diálogo, da tolerância e da busca por consensos entre os estudantes.

Antes de ocupar seus lugares nos comitês, os estudantes, chamados de “delegados”, passam por uma etapa de preparação. “Os alunos realizam estudos aprofundados sobre o país representado, seus posicionamentos e interesses em relação aos temas em debate”, explica Fuoco. A fase seguinte envolve a produção de documentos oficiais, como a redação de discursos, a criação de propostas de resolução, relatórios e documentos, simulando a produção diplomática da ONU, os quais serão defendidos nos comitês.

Nas sessões de debates, a dinâmica alterna momentos de discussões regradas e articulação de bastidores, com a participação em sessões plenárias e comitês

Ainda, para a estudante, a primeira edição deixou como legado o grande envolvimento da comunidade escolar. “Foi incrível ver a comunidade escolar tão engajada, participando ativamente do projeto. Todo mundo estava realmente comprometido para fazer a SimSD acontecer”, afirma.

Também, nesse momento, teve início a parceria com a PUC-SP, e que se mantém ativa até hoje, com a cessão dos espaços e da infraestrutura necessária para a realização do evento. Essa relação proporciona aos estudantes do Ensino Médio a oportunidade de vivenciar o ambiente acadêmico aproximando-os da experiência universitária.

Já em 2025, a simulação ficou ainda mais próxima da rotina das Nações Unidas e ganhou novos contornos pedagógicos. A 2ª edição contou com três comitês de debates: a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Entre os temas debatidos estiveram em questão a prevenção da gravidez na adolescência, as novas taxações dos EUA no comércio internacional e a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Os alunos encerram a SimSD entregando uma carta-manifesto à Marina Rongo, mestra em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais pela PUC-SP e atual Assessora de Projetos e de Fortalecimento do Espaço Democrático da Conectas Direitos Humanos.

direção certa” disseram Tarsila e Miguel em entrevista ao Contraponto.

Rede de escolas parceiras cresce

A articulação com outras instituições de ensino também é outro aspecto importante da SimSD. Em 2024, as parcerias incluíram o Colégio São Luiz, a Escola Viva e a ETEC Prof. Basilides de Godoy. Nesse ano de 2025, a ETEC Prof. Basilides de Godoy continuou a trazer estudantes ao evento, e novas instituições como Colégio Vital Brazil, Colégio Espírito Santo e Colégio Palmares se juntaram ao projeto. Esse reforço da rede colaborativa elevou a diversidade de perspectivas em sala e ampliou o alcance da experiência, sem perder o foco pedagógico do projeto.

Desde a estreia, a SimSD mantém o convite ao 9º ano Ensino Fundamental do CSD para atuar conjuntamente com os alunos do Ensino Médio. Para Hélina Fernanda, professora de Geografia do 9º ano do colégio, as simulações permitem que os mais jovens debatam “no mesmo nível” dos veteranos, e muitas vezes se destaquem:

“A escolarização também é um processo individual; portanto, temos alunos que, mesmo não estando no Ensino Médio, brilham pela qualidade da pesquisa, pela oratória e pela capacidade de redação”, afirma a professora

O ambiente, acrescenta a docente, tem efeito direto sobre pertencimento e continuidade:

“Os alunos criam vínculos muito importantes, principalmente para quem vai entrar no Ensino Médio se sintam mais acolhido. A SimSD estreita o conhecimento entre os segmentos e aumenta o interesse em permanecer na escola no Ensino Médio.”

Imprensa estudantil e parceria com a PUC-SP

A presença do curso de Jornalismo da PUC-SP foi outro marco importante dessa edição de 2025, pois profissionalizou o trabalho da imprensa estudantil e qualificou ainda mais a participação dos alunos e alunas. Em oficinas prévias, os estudantes universitários apresentaram as bases do jornalismo, como apuração, estrutura de matéria, além do compromisso ético do profissional de imprensa, e, durante o evento, acompanharam os comitês para orientar a cobertura diária dos alunos do

© Manoella Marinho



ONU Mulheres (integração 9º ano): Estudantes do 9º ano e do Ensino Médio participam do debate no comitê ONU Mulheres, no segundo dia da SimSD 2025

colégio. Para Pedro Bairon, da PUC-SP e egresso do CSD, o intercâmbio foi valioso para ambos os lados:

“Vocês mostraram uma garra, uma gana que jornalista tem que ter. É uma profissão muito sucateada; se não houver isso, é difícil crescer profissionalmente”, avaliou, elogiando o desempenho da equipe. Segundo o graduando, o aprendizado foi mútuo entre os universitários e os alunos do Ensino Médio. “Eu acho que é uma competição árdua de quem aprendeu mais com toda a toda experiência. Se foram vocês alunos da imprensa ou se foi o pessoal da PUC”

Ao final dos três dias, os produtos de imprensa, como os textos, fotos e o telejornal, formaram um acervo de memória do evento e repertório para turmas futuras, além de material de portfólio para quem deseja seguir carreiras em Comunicação.

Bastidores de uma simulação: autonomia e organização dos estudantes

No SimSD o que vale é a autonomia estudantil na organização: secretariado geral, secretariado acadêmico, mesa diretora e staff cuidam desde a preparação e a logística do evento, até a elaboração de materiais de estudo e guias de regras, além da condução e mediação dos debates ao longo dos três dias.

Os secretários gerais de 2025, Tarsila Fioravanti e Miguel Araújo, enfatizaram que a participação estudantil na organização do evento promove um ambiente mais acolhedor. Segundo eles, a presença de organizadores diretamente envolvidos no universo das simulações é crucial. Araújo destacou em entrevista ao **Contraponto**: “Desta forma, garantimos a autenticidade do evento, que é feito por estudantes para estudantes. Nós, da organização, conhecemos os desafios de simular e, por isso, fazemos todo o possível para preveni-los.”

© Tiago Fuoco



Cerimônia de encerramento da SimSD 2025, com alunas responsáveis pela elaboração e leitura da carta-manifesto, ao lado de Marina Rongo (Conectas Direitos Humanos)

Para Tarsila Fioravanti e Miguel Araújo, estudantes e secretários gerais da SimSD 2025, participar desse evento foi muito gratificante. “Foi extremamente realizador e satisfatório ver todos aproveitando e participando do fórum, e fez com que todo nosso trabalho valesse a pena. Espero que ano que vem o resultado seja o mesmo, se não até melhor, estamos sempre buscando melhorar nosso evento, e essa edição foi um grande passo na

Potências do Ocidente reconhecem a Palestina como Estado

EUA influenciam a decisão de solucionar a guerra por meio da proposta do plano de paz e do cessar-fogo em Gaza, tema debatido na Assembleia Geral da ONU, em setembro

Por Ella Gracia Mena, Isabela Fabiana, Luane França, Rafael Jorge e Sophia Aquino

No dia 23 de setembro de 2025, a Assembleia das Nações Unidas ficou marcada por um momento histórico em que países como França, Austrália e Reino Unido reconheceram a Palestina como Estado. Ao mesmo tempo em que essa mudança diplomática tem um peso geopolítico, ela também pode ser vista como uma forma de demonstrar o incentivo ao fim da violência, uma vez que abre oportunidade para uma trégua. Foi acordado no dia 9 de outubro, um plano de paz proposto pelo presidente norte-americano Donald Trump, que apresenta etapas que visam solucionar a guerra, sendo o cessar-fogo uma delas. O que não significa o fim definitivo do conflito, mas uma fase inicial para uma possível resolução.

Os três países que reconheceram a Palestina como Estado dizem que essa medida tem como objetivo: pressionar Israel a encerrar os ataques em Gaza, restringir novas construções na Cisjordânia pelos colonos israelenses e se comprometer com um processo de paz com os palestinos.

Embora não tenha sido criado um Estado Palestino, o gesto diplomático significa uma pressão ao resto do mundo para uma solução que contemple a população palestina. É importante destacar que a região não é reconhecida como Estado, porque os Estados Unidos, um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, sempre veta essa resolução.

Segundo a professora Mariana Boujikian, mestrande em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em direitos humanos e genocídio, a França e o Reino Unido são países que historicamente estiveram alinhados à Israel e enviam uma mensagem aos Estados Unidos e ao governo israelense de que não é possível evitar a questão palestina, é preciso solucioná-la. Além disso, a professora destaca que há forte pressão da opinião pública. No Reino Unido, por exemplo, há manifestações massivas nas ruas, ocupando um espaço público para defender a causa.

Vale lembrar que a questão palestina remonta à criação do Estado de Israel em 1948 e aos conflitos subsequentes pelo território. Atualmente, mais de 150 países já reconhecem a Palestina como Estado, mas as potências ocidentais como Alemanha, Itália e Estados Unidos historicamente se abstiveram dessa posição.

Assembleia da ONU – A hesitação do Ocidente

O feito dos países durante a Assembleia das Nações Unidas tem um peso maior no cenário político internacional do que no próprio território palestino. A medida expôs as divisões dentro do próprio Ocidente. A maioria das grandes potências, como Itália e Alemanha, ainda evita adotar a mesma posição, pelo fato da necessidade de negociações diretas entre israelenses e palestinos.

Os Estados Unidos, principal aliado de Israel, sustentam que o reconhecimento deve ser consequência, e não o ponto de partida do acordo de paz. A posição norte-americana reflete a influência que o País ainda exerce sobre o rumo das negociações no Oriente Médio. Cada gesto diplomático é medido à luz de alianças e interesses estratégicos.

Israel é hoje um dos principais pólos de inovação tecnológica e militar do mundo, além de parceiro fundamental em inteligência e defesa para a Europa e a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Para muitos governos, reconhecer a Palestina significaria arriscar uma relação vista como essencial à segurança regional. Há ainda o temor de que o gesto seja interpretado como apoio indireto ao Hamas, classificado como grupo terrorista por parte do Ocidente.

A questão, no entanto, não se limita à geopolítica. Em países como Alemanha e Itália, fatores históricos continuam moldando o debate. A memória do extremismo e do antissemitismo do século XX torna qualquer crítica a Israel um terreno sensível. Ao mesmo tempo, há o argumento de que a Palestina ainda não atende aos critérios de um Estado soberano: o território



Vista panorâmica do salão da Assembleia Geral na 80ª sessão

segue dividido entre o Hamas, em Gaza, e a Autoridade Palestina, na Cisjordânia.

As imagens da guerra em Gaza e o aumento das mobilizações públicas nas capitais europeias têm colocado líderes sob pressão crescente. Para parte da opinião pública, reconhecer a Palestina passou a ser uma questão de coerência com os valores de direitos humanos e democracia que o Ocidente afirma defender. A atitude dos países europeus, ainda que simbólica, indica uma tentativa de reposicionar o debate.

O dilema central permanece entre a defesa dos princípios universais e a preservação das alianças estratégicas. Enquanto alguns governos avançam em direção ao reconhecimento, outros preferem a estabilidade à mudança. No fundo, o impasse sobre a Palestina revela algo mais amplo, o limite da diplomacia ocidental diante de uma das questões mais duradouras e frágeis da política internacional.

Israel mantém rejeição ao Estado palestino com apoio dos EUA

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, é abertamente contrário à criação de um Estado palestino.



Cidade de Gaza após bombardeio

Durante seu discurso na Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), em setembro de 2025, ele declarou que “não haveria Estado palestino a oeste do rio Jordão”. A declaração refere-se à região que inclui grande parte da Cisjordânia, onde vivem milhões de palestinos sob ocupação militar.

Para Netanyahu, reconhecer a Palestina nas condições atuais seria um erro. Segundo ele, a medida fortaleceria grupos como o Hamas, considerado por Israel uma organização terrorista, e enfraqueceria as chances de alcançar a paz.

O governo israelense acredita que não há ninguém do lado palestino com quem se possa negociar de forma séria. Ele alega que tanto o Hamas quanto a Autoridade Palestina não reconhecem plenamente o Estado de Israel. Netanyahu justifica não apenas o não reconhecimento do Estado palestino, mas também a continuidade da ocupação, do genocídio e da expansão de assentamentos em territórios palestinos – medidas vistas por muitos como violações do Direito Internacional Humanitário e barreiras concretas à paz.

Nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump, em seu segundo mandato desde janeiro deste ano, após três meses do início do conflito, mantém uma aliança com Israel e adota uma postura alinhada com o governo Netanyahu. Em seu pronunciamento na ONU, Trump criticou os países europeus que reconheceram oficialmente a Palestina como Estado, alegando que essas decisões “premiavam o Hamas”.

Plano de paz e cessar-fogo

No dia 9 de outubro, com mediação de Trump e líderes do Egito, Qatar e Turquia, a primeira parte do plano de paz para o fim da guerra em Gaza foi assinado. Israel e Hamas não estavam presentes e nem assinaram o documento. A proposta apresentada pelo presidente norte-americano surgiu após reunião com Benjamin Netanyahu nove dias antes do plano de cessar-fogo, sendo forçado após uma onda de reconhecimento do Estado Palestino por países ocidentais.

O plano, contemplado por 20 pontos para pôr fim ao conflito, prevê que integrantes do Hamas podem receber anistia desde que entreguem suas armas e se comprometam com a convivência pacífica - Israel e Hamas entregariam todos os reféns em seus poderes. A troca incluiria também restos mortais de ambas as partes. Com a saída do Hamas do governo, um comitê palestino de perfil técnico e apolítico assumiria temporariamente a



© Brendan Smialowski/AFP

Encontro do presidente Donald Trump com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu

administração local, sob supervisão de um “Conselho da Paz”, presidido por Donald Trump. O objetivo seria preparar a transição para o retorno da Autoridade Palestina, após reformas institucionais. No entanto, ele não contempla o reconhecimento da Palestina como Estado soberano e tampouco inclui mecanismos de reparação ou garantias de direitos civis aos palestinos que vivem sob ocupação.

Na primeira parte do cessar-fogo, há a retirada das tropas israelenses, a interrupção dos ataques em Gaza e liberação de reféns vivos ou mortos mantidos em cárceres por ambas as partes. No dia 13 de outubro, o grupo Hamas libertou os 20 israelenses que estavam em sua posse em vida e os corpos de 4 dos 28 assassinados. Já Israel, libertou mais de 1900 palestinos e 90 corpos.

Um dia depois, mesmo com o cessar-fogo, o exército israelense matou cinco cidadãos palestinos no bairro de Shujayea, na Cidade de Gaza. A justificativa de Tel Aviv é que essas pessoas se aproximaram de áreas não permitidas. Além dessas mortes, as tropas invadiram a casa de Issam al-Froukh, um palestino libertado recentemente enviado para Gaza no bairro de Ein Munjid, em Ramallah.

Para Mariana Boujikian, Donald Trump está focando no que aconteceu em Gaza nos últimos anos, não na busca por solução definitiva para o povo palestino. “A gente não pode entender essa mediação do Trump como uma decisão permanente, pois não tem como fazer essas negociações sem atender as reivindicações básicas e garantir direitos mínimos para os palestinos.”

Com o reconhecimento simbólico dos países ocidentais, mesmo contrário às

influências dos Estados Unidos, e o plano de paz orquestrado por Donald Trump, Mariana Boujikian não vê paz sem justiça, responsabilização e reparação. “A gente não pode testemunhar em pleno século XXI um monte de crimes de guerra. A Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional, a meu ver, têm que cumprir o seu papel de julgar e punir os responsáveis por essa carnificina.”

Gaza após o acordo de paz

Após as trocas entre reféns, Israel está recuando suas tropas e facilitando a entrada de ajuda humanitária. “A situação está relativamente estável, os bombardeios pararam” disse Shadi, morador de Gaza que hoje trabalha como revendedor. Ele ainda afirma que o apoio está chegando, porém, em quantidades relativamente pequenas.

Dois anos após o ataque do Hamas, mais de 67 mil palestinos foram mortos e 170 mil ficaram feridos na Faixa de Gaza, segundo autoridades palestinas. Além disso, cerca de 1.200 pessoas foram assassinadas pelo grupo em ataque contra Israel, de acordo com a mídia regional Al Jazeera. Cerca de 78% das construções do território palestino foram destruídas, de acordo com as Nações Unidas. Apesar dos acordos de paz, os dois lados permanecem em disputas e ataques. No dia 29 de outubro, mais de 100 pessoas foram mortas em conflito, de acordo com a Defesa Civil israelense.

Os palestinos seguem esperançosos em reconquistar suas terras. “Sim, chegaremos a um estágio em que todos os países do mundo vão reconhecer o Estado Palestino” afirmou Shadi.

Censura e a corrupção inflamam crise no Nepal

Os protestos liderados pela Geração Z representam um marco histórico que expõe o esgotamento de um sistema corrompido

Por Ana Beatriz de Souza Assis, Carolina Zaterka, Gabriela Scholze e Luiza Zaccano

Em setembro de 2025, Katmandu, a capital do Nepal, foi palco de uma onda de manifestações contra escândalos de corrupção, tentativas de censura, desemprego e desigualdade social. A indignação levou a população para a rua, sobretudo da Geração Z – primeiros nativos digitais nascidos entre 1995 e 2010.

O estopim da revolta popular foi a decisão da Suprema Corte, demandando o registro de empresas estrangeiras no país, o que implicaria no bloqueio de 26 plataformas digitais. A reação social foi instantânea, com publicações que denunciavam a ostentação política, o nepotismo e o desvio de recursos.

Nas redes sociais, proliferaram críticas ao estilo de vida luxuoso dos chamados “nepo kids”, filhos e filhas de políticos. Jovens usam *hashtags* e memes para expor imagens de “nepo kids” em iates, festas e carros caros – enquanto a maioria da população enfrentava desemprego e dificuldades econômicas. Essa ostentação explícita dos herdeiros da elite política intensificou o ressentimento popular. Muitos viam nessas imagens a personificação de décadas de nepotismo e corrupção que reforçavam a desigualdade social.

Nesse contexto, o bloqueio das plataformas digitais foi compreendido pela juventude nepalesa como um ataque à liberdade de expressão e uma tentativa de controle político das redes sociais.

A população tomou as ruas no dia 8 de setembro, e o Estado respondeu de forma violenta aos protestos pacíficos, com uso da força policial. Foram seis dias de agressão, que culminaram em 72 mortos e pelo menos 2.113 feridos, segundo dados da CNN Brasil.

Quanto ao saldo de danos ao patrimônio público, residências de ministros, o prédio do parlamento e a sede do governo e do Partido do Congresso Nepalês foram incendiados e a Suprema Corte foi destruída.

A repressão contra civis abalou a confiança entre dois pilares fundamentais de uma democracia: a sociedade e o Estado. Diante desse cenário, oito partidos – entre eles o Congresso Nepali, o CPN-UML e o Centro Maoísta – formaram uma rara frente conjunta para exigir a restauração do Parlamento e a renúncia de K. P. Sharma Oli, acusando a Presidência e o Executivo de violarem a Constituição.

Sushila Karki: um novo caminho

A renúncia de K.P. Sharma Oli deixou o Nepal em um vácuo. Ministérios parali-

sados e o Parlamento dissolvido expuseram a urgência de uma liderança capaz de conter o colapso institucional. Foi nesse cenário que o nome de Sushila Karki, ex-presidente da Suprema Corte, surgiu entre partidos políticos e movimentos civis.

Aos 73 anos, Karki é conhecida por sua trajetória marcada pela integridade e pela independência. Em 2016 foi a primeira mulher a chefiar o Judiciário, enfrentou abertamente políticos e juízes envolvidos em corrupção, e se tornou símbolo de resistência às práticas clientelistas que moldaram a política nepalesa desde o fim da monarquia em 2008.

Sua indicação resultou de um acordo emergencial entre o presidente Ramchandra Paudel, as Forças Armadas e representantes da sociedade civil. O Exército exigia neutralidade; os jovens que lideraram os protestos pediam uma figura limpa, sem vínculos partidários. Nas redes, o nome de Karki ganhou apoio rápido, especialmente entre os grupos que coordenaram o movimento *#NepoKids*.

Em 12 de setembro de 2025, com o apoio de observadores internacionais, Karki foi nomeada primeira-ministra interina, tornando-se também a primeira mulher a ocupar o cargo na história do Nepal. Sua posse foi recebida com alívio: praças lotadas em Katmandu exibiam cartazes pedindo “um novo começo” e “limpeza na política”.

No discurso inaugural, Karki prometeu restaurar a confiança nas instituições, convocar eleições gerais livres até março de 2026 e criar um gabinete técnico voltado ao combate à corrupção e à geração de empregos. O gesto simbolizou não apenas uma transição política, mas um raro momento de sintonia nacional.



Manifestantes nas ruas de Kathmandu

Ainda assim, seu governo enfrenta pressões de múltiplos lados: da elite partidária, temerosa de perder influência, e de jovens ativistas que exigem mudanças rápidas. A permanência da nova primeira-ministra dependerá de sua habilidade em equilibrar expectativas e reconstruir o sistema sem repetir os vícios do passado.



Sushila Karki durante coletiva em Katmandu

O Custo Econômico da Censura e da Revolta

Os danos da revolta não foram apenas políticos e humanos. A crise gerou um impacto econômico direto, atingindo as frágeis bases do país. O economista Thiago Gallian destaca que a proibição das redes sociais atacou dois pilares essenciais da economia nepalesa: o turismo e as remessas de migrantes.

Para o Nepal, o turismo é uma das principais fontes de renda e sua divulgação depende do marketing digital. Gallian explica que a decisão de banir plataformas como o TikTok, essenciais para o planejamento de viagens de trilhas e montanhas, é um “tiro no pé”. Ao eliminar essas ferramentas, o país perde a capacidade de atrair turistas internacionais, que chegam com dinheiro para gastar e impulsionam a economia local.

Além disso, a medida impactou diretamente a diáspora nepalesa. Com a falta de oportunidades, cerca de 1.8 milhões de pessoas entre 15 e 39 anos estão no exterior, segundo o censo de 2021 do governo nepalês. A maioria viaja a trabalho e envia

dinheiro para casa, essas remessas são vitais para muitas famílias. A proibição das redes sociais cortou a comunicação com esses migrantes, dificultando a vida de quem depende desse fluxo financeiro.

A Infraestrutura em Ruínas e a Lenta Recuperação

A violência das revoltas, que culminou na destruição de edifícios como a Suprema Corte e o prédio do parlamento, colocou um peso extra sobre a já precária infraestrutura do Nepal. Segundo Gallian, a reconstrução será um desafio para um país que já carece de estradas e ferrovias.

Thiago Gallian afirma que “ter que investir no que é essencial e voltar um passo atrás para recuperar o que foi perdido é um obstáculo gigantesco”. Dados da Global Finance revelam que o Nepal é o 38º país mais pobre do mundo, e por isso, a recuperação dos danos será um processo “muito gradual”, desviando recursos que poderiam ser usados para o desenvolvimento econômico e para o fortalecimento do mercado interno.

A crise reforça a necessidade de o Nepal diversificar sua economia para não depender apenas de exportações primárias ou do turismo. Gallian indica que a proximidade com a China, com sua grande demanda por produtos básicos, oferece uma oportunidade, mas o caminho para a estabilidade e a prosperidade passará necessariamente por investimentos em setores de consumo intermediário e pelo fortalecimento de sua base econômica interna.

Raízes culturais da revolta

Thiago Gallian vê o sistema de castas como outro motivo para a desigualdade social criticada pelos manifestantes. Ele explica que, no campo, as famílias pertencentes a castas superiores detêm, historicamente, parcelas importantes das terras, o que gerou concentrações desiguais no poder de produzir e exportar. Para ele, “o que determina se o indivíduo terá influência e poder é o quanto de terra ele possui e o poder de exportar sua produção.”

Ou seja, se as exportações do Nepal se resumem a produtos primários, quem possui terras, produz e exporta concentra poder político: “Os bilionários que existem lá são de famílias que estão no poder e detêm essas terras há muito tempo”, afirma Gallian.

Muitos dos problemas estruturais que o país enfrenta atualmente têm raízes no golpe de 1846: a carência na infraestrutura nepalesa vem da escolha de manter o país no sistema feudal até o século XX.

A ausência de desenvolvimento da infraestrutura interna se dá porque o acúmulo de poder decorrente da agroexportação desestimula o desenvolvimento interno, no que tange a criação de equipamentos sociais funcionais, explica o economista: “É interessante para quem importa e, assim, para algumas pessoas que têm muito poder. O subdesenvolvimento é uma condição, não uma fase.”

Um histórico de instabilidade

O que Emiliano Unzer, especialista em Ásia e professor da Universidade Federal do Espírito Santo, chama de “recusa persistente à dominação” não é novo para o Nepal. A história nepalesa demonstra uma constante luta por dignidade e autonomia.

Em 1846, Jung Bahadur Rana assassinou o rei Shah e nomeou-se primeiro-ministro em uma monarquia parlamentar. Mesmo assim, os cargos políticos são passados hereditariamente. A dinastia Rana cai em 1951, depois que Tribhuvan, da dinastia Shah, assume o poder e restaura a figura do monarca como chefe do governo.

Oito anos depois, são convocadas as primeiras eleições democráticas, que elegem B. P. Koirala como primeiro-ministro. No entanto, o filho de Tribhuvan, Mahendra, inaugura o sistema sem partidos e desativa o Parlamento em 1960, após um golpe. Em 1991, depois de imensa pressão popular, o Nepal volta a ser

uma democracia multipartidária, mesmo que governado pelo rei Bihendra.

Em 1996, grupos rebeldes maoístas se colocam contra o governo monárquico numa série de revoltas conhecidas como “Guerra Popular”, que durou dez anos, deixou mais de 17 mil mortos e devastou a infraestrutura rural. As principais reivindicações foram a deposição do rei e a instituição de uma república socialista, além de direitos para os camponeses. Os conflitos acabaram com um acordo assinado por governistas e maoístas em 2006, com a transição democrática finalizada dois anos depois.

Unzer entende que os protestos de setembro tem um caráter diferente da Guerra Civil de 1996, “a Guerra acreditava na tomada do poder, os protestos atuais acreditam na sua dispersão”. Ou seja, ao invés de conquistar o Estado, como queriam os maoístas, “a nova geração quer esvaziá-lo de autoridade”. Segundo o professor Emiliano Unzer, o Nepal mostra que, “resistir é criar, de forma paciente e imaginativa, novos modos de vida”.

Passos para um futuro democrático

A série de crises internas que marcou o Nepal nas últimas décadas já havia acentuado a fragilidade de suas instituições. País de 30 milhões de habitantes, o Nepal teve mais de uma dúzia de governos distintos desde que deixou de ser monarquia em 2008. Até então, havia ceticismo crescente sobre a capacidade das autoridades de oferecer estabilidade; especialistas como Paul Staniland e Chietigj Bajpae observam que o país “luta com instabilidade política e econômica” desde a fundação da república.

Essa alternância contínua, sustentada por coalizões frágeis e dissoluções parlamentares frequentes, corroeu a confiança pública e transformou o Judiciário em árbitro frequente das disputas políticas. A sensação de que mudanças de governo não se traduziriam em melhorias concretas se consolidou na sociedade, alimentando a insatisfação com elites políticas acusadas de nepotismo e privilégios excessivos.

A crise nepalesa de 2025 não pode ser compreendida como um evento isolado, mas como a culminação de tensões acumuladas ao longo de uma década marcada por dissoluções parlamentares, sucessivas rupturas constitucionais e um déficit de legitimidade democrática.

A estagnação deve ser analisada em três dimensões interligadas. No plano institucional, o Nepal enfrenta o desafio de reconstruir a credibilidade do Parlamento e redefinir os limites entre Executivo e Judiciário, após anos de protagonismo judicial e colapso governamental. E agora, mais do que nunca, o país passa por um momento decisivo. As eleições gerais estão previstas para março de 2026, oferecendo uma oportunidade para consolidar a democracia e atender às demandas da população por reformas estruturais.



© AFP - Reprodução: Brasil de Fato

Entre os prédios incendiados, está o palácio do governo nepalês

Após uma década, Mariana segue soterrada pelo peso da impunidade ambiental

Tragédia causada pelo rompimento da barragem da Samarco segue entre processos demorados e impactos irreversíveis

Por Antônio Bandeira, Daniella Ramos e Renata Bittar

O dia 5 de novembro de 2015 ficou marcado no estado de Minas Gerais pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, localizada em Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana. Passados dez anos, as vítimas ainda lutam por indenização e reparação integral, enquanto a empresa responsável é julgada pela jurisdição internacional.

Considerada a maior catástrofe ambiental da história do país – e a maior do mundo envolvendo mineradoras – causou a morte de 19 pessoas, o desaparecimento de três e a contaminação da bacia do Rio Doce. O Governo brasileiro estima que cerca de 2 milhões de pessoas foram afetadas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, seja pela perda de moradia, contaminação da água ou impacto econômico.

Como estão as vítimas após 10 anos?

Em entrevista exclusiva ao **Contraponto**, Pamela Fernandes, diretamente afetada pela tragédia e mãe de uma das vítimas, ainda se comove ao falar sobre o ocorrido. “O único sentimento que fica é a saudade das coisas que a gente tinha, da minha filha, de tudo. E fica o sentimento de raiva também, porque a empresa não faz nada”, desabafa. Pamela ainda relata que recebeu indenização por danos morais e pela morte da filha, mas que considera injusta.

As vítimas ainda tentam reconstruir suas vidas e casas, quase sem apoio algum. A falta de suporte por parte das autoridades na reorganização do cotidiano é evidente, e dificultou a retomada da vida dos moradores. “Foi tudo feito com pouco caso, advogados sujos que só vieram pelo dinheiro.” A mãe enlutada se comove ao relatar como foi difícil ter que reconstruir a vida em um momento tão turbulento, em que tudo era novo e o luto recente.

Emanuele, filha de Pamela, estava em casa com o pai e os irmãos quando a lama atingiu Bento Rodrigues. O corpo da criança foi encontrado apenas dias depois. Pamela não se sentiu confortável para falar mais sobre esse assunto.

Os moradores de Bento Rodrigues lidam com a reconstrução da cidade dia após dia, há mais de uma década. A vítima conta que não há mais paz no lugar, com obras e caminhões de construção passando todos os dias pelas ruas. “Vai fazer 10 anos, muita gente já se esqueceu, e a gente ainda lembra como se fosse ontem. Nada muda.”



© Antônio Cruz / Agência Brasil

Carro coberto de lama em Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG), após o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015

Impactos no meio ambiente

Os mais de 40 milhões de metros cúbicos de lama tóxica que percorreram 663 quilômetros pelo Rio Doce até o Oceano Atlântico continuam a comprometer ativamente o meio ambiente. Esse material, proveniente da barragem da Samarco, destruiu comunidades, deixou centenas de famílias desabrigadas e contaminou o solo e a água da região.

Até hoje, os materiais dispersos não foram totalmente removidos. Em entrevista ao **Contraponto**, o Engenheiro de Recursos Hídricos Rafael Petruceli explica que devido a alta concentração de metais pesados, esses rejeitos não deveriam ficar dispersos na natureza. Porém, ele afirma que “seguem depositados nos leitos e margens dos rios, ou suspensos no ar, como poeira, alterando a característica físico-química da terra e do rio”; que ficou mais raso, o tornando mais “frágil” e agravando as inundações em períodos de chuva.

Essa alteração do solo, somada à contaminação da água, afeta diretamente a produção agrícola e a subsistência local. Lideranças indígenas, como Marcelo Krenak, levaram essa denúncia às audiências do processo em Londres. Em depoimento à agência AFP, ele resumiu o impacto cultural: “Todo o ecossistema em torno do rio foi destruído. Desde aquele dia onde assassinaram o nosso rio, o nosso povo sofre todos os dias o mesmo crime. Porque o nosso rio está ali, mas não podemos fazer contato. O rio é vida para o povo Krenak.”

Mesmo após uma década, Petruceli considera que ainda é um prazo curto para entender a extensão total dos impactos, dado o volume de material disperso. Para ele, a contaminação linear de Minas Gerais ao Espírito Santo representa um desafio de reparação ambiental sem precedentes e ainda vivo.

Samarco e a jurisdição internacional

Oito dias após o rompimento da barragem, o Ministério Público de Minas Gerais iniciou as investigações para responsabilização pelos danos socioambientais e

socioeconômicos. Meses depois, em Março de 2016, o Governo Federal do Brasil, junto aos Governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, firmaram um termo de reparação de 20 bilhões de reais para as mineradoras.

Em novembro de 2023, os órgãos brasileiros apresentaram à Samarco uma nova proposta de reparação sob supervisão pública, mas, em junho de 2024, a mineradora BHP e Vale responderam com outra proposta. Até que em novembro de 2024, em acordo final, foi estabelecida uma repactuação de mais R\$132 bilhões. Esse valor será dividido e destinado à recuperação ambiental, indenizações às vítimas e aos órgãos públicos que aderiram ao acordo ao longo dos próximos 20 anos, em parcelas anuais.

Já no âmbito internacional, após anos de disputa judicial pela responsabilização da anglo-australiana BHP, controladora em conjunto com a Vale da Samarco, foi iniciado um processo coletivo no Reino Unido. Iniciado em novembro de 2018 pela *Pogust Goodhead* (PG), representante de 620 mil vítimas e 31 municípios, a ação foi enfim reconhecida de jurisdição inglesa em 2022 por unanimidade.

Segundo o jornal britânico “Financial Times”, as mineradoras ofereceram, em 2023, R\$7,6 bilhões para as vítimas, tentando encerrar o caso – o maior na história da corte inglesa em valor e pessoas. “A empresa não tá nem aí, continua ganhando os milhões dela. Todo ano é a mesma coisa”, desabafa Pamela Fernandes.

O caso seguiu, no entanto, e seu julgamento foi iniciado em 21 de outubro de 2024, com depoimentos de testemunhas, especialistas e apresentação das manifestações finais até março deste ano. A decisão da Alta Corte de Londres agora é esperada para os próximos meses. O processo pede R\$255 bilhões em indenizações, mas caso a BHP seja considerada responsável, o valor final ainda será definido em novo julgamento, marcado para outubro de 2026.

Demissão na Vogue Brasil reacende debate sobre política e representatividade na moda

Estilista sênior da revista foi um dos alvos da campanha “Demita Extremistas”

Por Beatriz Manocchio, Gabriela Scholze e João Luiz Freitas

Em 11 de setembro, quinta-feira, Zazá Pecego, estilista sênior da *Vogue Brasil*, publicou um meme com a frase: “Eu amo quando fascistas morrem em agonia”. Segundo a estilista, a postagem fazia referência à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro, ocorrida na mesma data. No entanto, a publicação foi rapidamente associada, pelo deputado Nikolas Ferreira e seus seguidores, ao assassinato do ativista de extrema-direita Charlie Kirk, ocorrido no dia anterior. A repercussão levou à demissão da profissional em 12 de setembro.

O episódio integrou uma espécie de “caça às bruxas” impulsionada por Nikolas Ferreira e pelo empresário Tallis Gomes — conhecido pela polêmica frase “Deus me livre de mulher CEO” — após a morte de Kirk. O movimento ficou conhecido como campanha “Demita Extremistas”.

A jornalista Giovanna Montanhan, autora do blog *Moda e Etcétera*, afirma que o episódio “é um claro exemplo de como a extrema-direita se apropria de narrativas, recorta falas e cria um clima de linchamento digital”. Após ter sua foto e conta divulgadas pelo deputado, a estilista relatou ter sofrido ataques racistas e ameaças de violência: “Sofri centenas de ataques racistas, ameaças de violência sexual, tive meus dados e os de minha família vazados”, declarou em seu posicionamento.

A história da Vogue no Brasil

A revista surgiu como uma forma de trazer o que havia nas passarelas para um recorte da população que, apesar de não ter acesso aos desfiles, poderia almejar as peças de luxo usadas neles ou por celebridades. A *Vogue* chegou ao Brasil durante a década de 1970, em meio a uma expansão internacional que partia de Nova Iorque rumo a outros países.

No país, o veículo traduz para a realidade brasileira os padrões de consumo e comportamento globais. No mídia kit de 2025, por exemplo, a *Vogue* destaca, além dos especiais de 50 anos, a atenção a pautas ligadas ao *wellness* (hábitos que promovem o bem-estar) e ao *lifestyle*. Segundo o próprio documento, a revista acredita que “a leitora nos vê como um guia tanto na hora de escolher um destino de férias quanto o drinque que vai beber no próximo verão”.

Nos últimos anos, a revista ampliou o espaço para temas como diversidade, representatividade, sustentabilidade e ativismo. A edição de maio deste ano trouxe uma entrevista com Erika Hilton (PSOL),

primeira deputada federal negra e trans eleita no Brasil — um contraste que reacendeu questionamentos sobre a coerência entre discurso e prática, especialmente com a demissão de Pecego, uma das poucas pessoas negras da equipe da *Vogue Brasil*.

A desigualdade na moda

Embora o discurso da inclusão tenha ganhado força nos últimos anos, a estrutura que sustenta o mercado continua marcada por hierarquias, privilégios e exclusões. Para Montanhan, “democratizar atualmente é abrir espaço para diferentes corpos, vozes e olhares. É incluir na conversa quem, por muito tempo, foi deixado de fora”. Na prática, a indústria da moda segue concentrada em um círculo composto por nomes, corpos e histórias que representam um ideal de prestígio.

A desigualdade no setor não se limita à representatividade nas passarelas ou capas. Está também na tomada de decisões e na ausência de pluralidade nas lideranças. Por exemplo, a primeira capa da *Vogue* americana fotografada por um profissional negro só ocorreu em 2018.

O caso recente expõe mais uma vez essa dinâmica discrepante e levanta um debate sobre quem tem direito à voz dentro da moda brasileira. É sintomático que uma frase interpretada fora de contexto resulte em demissão imediata, enquanto práticas de assédio, racismo e elitismo continuam sendo tratadas com silêncio e convívio.

“A moda traduz o mundo em forma, tecido e gesto.” Reflete, assim, um cenário em que profissionais de grupos minoritários ainda enfrentam diversas barreiras

para alcançar o mesmo reconhecimento. E, quando conquistam espaço, o risco é dobrado: a pressão é maior, a tolerância é menor. “Tenho para mim que a pressão só aconteceu porque ela é uma mulher negra em um espaço de poder e visibilidade dentro de uma revista de prestígio”, diz Giovanna Montanhan.

Quando uma indústria que se diz diversa pune uma profissional por um gesto tirado de contexto, o que está em jogo não é apenas reputação, mas o limite imposto à liberdade de quem não pertence à elite do sistema. E talvez esse seja o reflexo mais visível de que, por trás do glamour, a moda ainda veste velhas estruturas de poder: “O que esse episódio revela, no fundo, é a dificuldade que a indústria ainda tem de sustentar um discurso político em meio à polarização”, afirma a jornalista.

A moda como ato (a)político

Para Montanhan, a moda nunca é neutra politicamente: “Ela provoca, responde e, muitas vezes, antecipa o que está acontecendo na sociedade, porque toda escolha estética é também ideológica”. Ao tentar se afastar de disputas políticas, a decisão da *Vogue* diante do caso demonstra a força das pressões externas sobre a revista.

Fato é que cada empresa possui seu conjunto de valores, e cada publicação em rede social precisa compreender o contexto do veículo que representa, explica a jornalista. A demissão da stylist é controversa porque, ao buscar neutralidade, o veículo acaba se alinhando a um movimento impulsionado por discursos preconceituosos.

Giovanna ressalta que a decisão da *Vogue* pode ter sido motivada pelo receio de polêmicas públicas que prejudiquem a reputação da revista, especialmente em relação a seus patrocinadores. “Mas quando a resposta de uma empresa parte do medo, o que se perde é o sentido. A moda sempre foi um espaço de expressão, e tentar neutralizá-la é o mesmo que esvaziar a sua potência”.

© Reprodução: Models. /vogue.pressreader.com



Styling de Zaza Pecego
para a edição de outubro
de 2025 da Vogue Brasil

PSSICA: quando a vida real se torna livro

Como as produções culturais conscientizam a sociedade sobre o tráfico de meninas para exploração sexual

Por Ana Beatriz Biazoly, Beatriz Barboza, Giuliana Zanin, Iasmin Silva e Maria Clara Aoki



Capas da obra "Pssica" na série da Netflix, e do livro homônimo de Edyr Augusto, publicado pela Boitempo Editorial

“Uma Kombi com vidros negros encosta. O coroa e Dionete a seguram pelos braços. Abrem a porta. Ela está dentro da Kombi. O que é isso? Leva um murrão nos seios e cai. Alguém diz: *Valeu!* O carro arranca, balançando nos buracos. O que é isso? Um chute na bunda. *Cala a boca.* Mas. *Cala a boca, caralho!* Não dava pra ver pelos vidros aonde estava indo. Fechou os olhos, se encolheu e chorou”.

Janalice era uma menina normal. Fazia as coisas da escola e ajudava a mãe no trabalho. Tinha até amigos e namorado. Bastou um vídeo íntimo publicado na internet para mudar a sua vida completamente. Foi forçada a deixar tudo para trás. Sem qualquer respiro de ajuda. *Vergonha.* Era o que os familiares e pessoas próximas sentiam daquela jovem que a partir de agora não responderia pelo próprio nome, mas pelo quanto o seu corpo valia. Negócios atrás de negócios. Passou a sentir ansia em companhia das outras meninas. Não demorou muito para Jane perceber que estava com *pssica* – gíria do norte brasileiro utilizada quando alguém foi amaldiçoado.

Essa história é abraçada por Edyr Augusto no livro *Pssica* (Boitempo, 2015), que retrata a realidade de milhares de meninas jovens que são levadas ao tráfico para exploração sexual. Na obra, Janalice é raptada, mas o tráfico de pessoas não se consolida somente dessa forma. Outras vítimas recebem uma proposta de trabalho em outro país e acreditam que estão diante da chance de mudar de vida. O emprego promete salário fixo, moradia e alimentação. Ao chegar ao destino, no entanto, encontram outra realidade: jornadas exaustivas, vigilância constante e dívidas que crescem a cada dia.

Casos como esse ainda se repetem, duas décadas depois de o Brasil ter ratificado o Protocolo de Palermo, tratado internacional que visa prevenir, reprimir e punir o tráfico de pessoas, com atenção especial a mulheres e crianças. A assinatura, em 2004, marcou o início de um compromisso que o país vem tentando honrar com leis, planos e ações interinstitucionais. Mas, na prática, a desigualdade continua sendo um terreno fértil para esse tipo de crime que possui natureza complexa e de difícil identificação.

Foi apenas em 2016 que o Brasil ganhou uma lei específica sobre o tráfico de pessoas. A Lei nº 13.344, compreende como tráfico agenciado, recrutar, transportar, comprar ou acolher alguém, mediante ameaça, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de exploração sexual, remoção de órgãos, servidão, trabalho análogo à escravidão ou adoção ilegal.

Desde então, o país avançou na criação de redes de enfrentamento e atendimento às vítimas, mas o desafio de identificar e proteger quem sofre ainda é enorme. Em junho de 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou o Painel de Dados sobre o Tráfico de Pessoas, que reúne números e indicadores anteriormente levantados pelo Relatório Nacional.

Apesar dos esforços públicos, o tráfico de pessoas segue invisível nas estatísticas oficiais. Os dados refletem apenas os casos que chegam aos serviços públicos – uma fração da realidade. A falta de informações organizadas por identidade de gênero, nacionalidade ou raça também impede que se conheçam com clareza os grupos mais afetados.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a maioria das vítimas de

tráfico humano vive em situação de extrema pobreza e possui baixo nível de escolaridade, fatores que as tornam particularmente vulneráveis às falsas promessas de uma vida melhor feitas pelos aliciadores. Além disso, muitas dessas pessoas têm histórico de violência doméstica, abuso sexual ou negligência, o que agrava ainda mais sua fragilidade emocional. A Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres (GAATW) resalta que as vítimas são escolhidas com base em critérios que permitem maior controle psicológico, como fragilidade emocional, desamparo familiar e dependência financeira.

Em entrevista ao **Contraponto**, Edyr Augusto relembrou uma visita à Ilha de Marajó, no Pará – cenário que fez parte de *Pssica*. “O Marajó é uma das coisas mais lindas que já vi, mas tem dois lados”, contou. O autor visitou um campo imenso onde pode contemplar o silêncio. Seguiu para outras cidades, que também contribuíram para a localização da trama, como Breves e Santa Cruz do Arari, onde pôde presenciar, no entanto, a miséria. “O governo nunca chegou de verdade até lá. Há iniciativas pontuais e o povo também tenta resistir, mas a miséria é grande – e, dentro dela, o dinheiro passa de barco”, Edyr ressaltou.

De acordo com o relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2021, o Brasil é indicado como o país que mais envia meninas para o exterior na tentativa de torná-las escravas sexuais. Das 144 ações penais que circulavam na Justiça Federal, haviam 714 vítimas de tráfico internacional – 92% delas eram brasileiras. Dos países que mais receberam pessoas traficadas foi a Espanha, seguida de Portugal, Itália, Suíça e Suriname.



De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil é o destino principalmente de venezuelanas e paraguaias

A internet e o novo *modus operandi* do tráfico humano

Embora essa realidade pareça distante, o escândalo envolvendo influenciadoras digitais brasileiras e a divulgação de um suposto programa de intercâmbio de trabalho para a Rússia, o “Alabuga Start”, expôs mais uma vez a face cruel do tráfico humano. A desconfiança sobre esse intercâmbio começa pelo perfil específico das candidatas: jovens entre 18 e 22 anos, ensino superior completo, com preferência para países africanos, como República do Congo e Moçambique.

Mais uma vez esse crime opera mascarado por promessas de ascensão e oportunidades. O que parecia ser uma chance de salário em dólar e uma vida nova – com a promessa de passagens, moradia e saúde pagos, na verdade se revelou. Segundo denúncias do criador de conteúdo Guga Figueiredo, feitas nas redes sociais, o “Alabuga Start” era uma armadilha, explorando a vulnerabilidade econômica de jovens brasileiras.

Influenciadoras como MC Thammy, Zabetta Macarini, Aila Loures e Catherine Bascoy se defenderam publicamente, alegando terem sido enganadas. Elas afirmam ter recebido documentação aparentemente legítima da empresa, que teria passado inclusive pela análise de suas equipes jurídicas. Esse cenário demonstra o quão sofisticadas as redes de aliciamento se tornaram, utilizando a credibilidade de figuras públicas e a burocracia formal para legitimar esquemas que, no fundo, negociam vidas. A confiança dos seguidores nas publicidades transformou-se no vetor de um potencial crime hediondo.

Os vídeos de divulgação eram o pilar central do aliciamento. Eles seguiam um formato persuasivo, quase como um tutorial de sonho, onde as influencers descreviam a oportunidade como algo exclusivo, divertido e altamente lucrativo. As apresentações focavam na facilidade do processo e nos benefícios luxuosos de “viver uma aventura” na Rússia. A narrativa era cuidadosamente elaborada para omitir a natureza real do trabalho que, segundo a Carta Capital, seria em uma fábrica de drones regularmente bombardeada pela Ucrânia.

O caso do “Alabuga Start” encontra um paralelo chocante com a ficção brasileira, *Pssica*. A série mergulha no submundo da violência e do tráfico de mulheres e meninas em Belém, expondo a brutalidade dessa prática criminosa que, na vida real, não conhece fronteiras geográficas: seja nas margens dos rios do Pará ou em destinos internacionais.

Por trás das páginas

Edyr escreve desde os 16 anos. Hoje, tem 71. Filho do coração de Belém, capital do Pará, ele conta que escreve com base no que vê e ouve – como um bom jornalista-escritor. *Pssica* é resultado de dois

anos em que Edyr lia os jornais regionais diários e não via nenhuma mudança positiva. “A impressão que eu tenho é que a sociedade acha muito desagradável e deixa o assunto de lado. O livro é uma denúncia”, afirma o escritor.

Apesar de ser uma ficção, as personagens cruzaram o seu caminho na vida real. Janalice, por exemplo, surgiu de um vídeo íntimo de uma jovem com um namorado mostrado pelo amigo. “Contavam que ela era a garota mais bonita da redondeza”, destaca. “Bonita e branquinha”, diferente do tom amarelado que coloria a região amazônica – o perfil que mais atraía o então comércio internacional.

O trecho a seguir foi retirado do Relatório Nacional de Tráfico de Pessoas 2021-2023, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Quem relata é uma venezuelana com identidade não revelada, que veio ao Brasil pretendendo mudar a vida com a promessa de um trabalho digno, mas encara a realidade do tráfico que a recebe de portas abertas para a prostituição:

“ Quando cheguei em Boa Vista [Roraima-Brasil], um homem perguntou se eu tava sozinha, [...] disse: se você quiser ganhar um dinheiro me procura lá na Feira do Passarão, estou todos os dias lá. Você é muito bonita e vai ganhar bastante dinheiro, não é o que você veio buscar aqui no Brasil? ”

A escrita de Edyr não se contenta em finalizar uma obra com um final feliz. Ele mesmo diz que escreve sobre os problemas da vida. “Eu escolhi sempre dizer o que é”, lembrou. Quando recebeu o convite de Fernando Meirelles e Quico Meirelles, diretores da série, para transformar o livro em série, não acreditou. Entendeu o impacto da adaptação dessa história quando recebeu o relatório que mostrava os mais de 100 países em que a série seria transmitida na Netflix. A minissérie, produzida em parceria com a O2, alcançou o top 10 no streaming na categoria de língua não-inglesa.

Ao abordar o tráfico sexual como eixo de sua narrativa, *Pssica* reacende um tema que ultrapassa o campo da ficção e permanece atual no país. O assunto já havia ganhado espaço na teledramaturgia, em 2012, com *Salve Jorge*, de Glória Perez. Na novela em horário nobre da Globo, a personagem Morena, interpretada por Nanda Costa, morava no Complexo do Alemão e foi aliciada com promessas de trabalho na Turquia – que, na verdade, era uma rede internacional de exploração sexual.

Enquanto a novela se apoiou na investigação policial e no drama social para denunciar o funcionamento das redes internacionais, *Pssica* se concentrou nas dimensões psicológicas e simbólicas das vítimas, explorando os impactos emocionais e o silêncio em torno da violência. A diferença de linguagem reflete também uma mudança de perspectiva: se antes o tráfico era representado como uma ameaça distante, hoje é mostrado como uma realidade próxima, que atravessa comunidades brasileiras.

Nos últimos anos, o audiovisual nacional tem ampliado o espaço para narrativas que tratam da exploração sexual e do tráfico de pessoas, uma tentativa de aproximar o público de um assunto que não aparece nos jornais. Filmes, séries e novelas passaram a retratar não apenas o crime em si, mas tudo que o envolve, como a pobreza, desigualdade de gênero, racismo e exclusão social.

Além da grande repercussão no meio digital, *Salve Jorge* possibilitou que milhares de pessoas percebessem, pela primeira vez, a realidade e concretude do tráfico de pessoas e o sério risco dele acontecer com todas as pessoas, principalmente mulheres e crianças. A novela foi lembrada por internautas no caso da “Alabuga Start”. Nas redes, os usuários comentavam: “olha aí a Morena”, “Gente, essas meninas nunca assistiram *Salve Jorge*?”.

Por mais que a obra tenha cumprido seu papel pedagógico, sensibilizando o público e gerando uma ampla conscientização, existem críticas sobre a real profundidade e complexibilidade do tráfico de mulheres presentes na obra.

É o que contam Rosiane Alves de Albuquerque e Aluísio Ferreira de Lima, psicólogos e pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em seu artigo “Tráfico de mulheres e direitos humanos: análise dos discursos veiculados na telenovela ‘Salve Jorge’”. De acordo com o artigo, a novela tentou reproduzir um “espelho da realidade”, mas acabou reduzindo o nível de complexidade da questão do tráfico de mulheres a uma “fórmula pronta”, na qual o final feliz seria somente uma questão de tempo. O que se distancia da realidade em que muitas vezes é o completo oposto.

A tese de Albuquerque e Lima ajuda a compreender os limites de uma narrativa centrada no resgate individual e na lógica do herói, que se diferenciam da proposta de *Pssica*. Enquanto a telenovela buscava denunciar o crime por meio do melodrama, a série da Netflix aposta em uma abordagem mais introspectiva e simbólica, voltada aos efeitos subjetivos da violência e às estruturas sociais que a sustentam. *Pssica* se afasta da fórmula, optando por expor as camadas de dor, silenciamento e resistência que atravessam o mundo com o tráfico sexual.

“Express Yourself” – Mas apenas se for jovem

Mulheres na música enfrentam etarismo da mídia devido a cobertura voltada massivamente à aparência das cantoras

Por Kaleo Ferreira, Laura Petroucic e Luis Henrique Oliveira

Enquanto astros masculinos como Mick Jagger e Bruce Springsteen são celebrados como “eternas lendas” dos anos 80, as divas pop enfrentam uma narrativa diferente. Na indústria da música, o envelhecimento feminino não é tratado como uma evolução natural em suas carreiras e vidas, e sim visto como um prazo de validade que a mídia insiste em fiscalizar. A cada ruga, a cada fio de cabelo branco, a cada ano que passa, as artistas são submetidas à análise.

A cobertura midiática revela um padrão perturbador: enquanto homens maduros são descritos como experientes, mulheres da mesma faixa etária recebem o título de corajosas por continuarem no palco, ou simplesmente são invisibilizadas e substituídas por artistas mais jovens.

Essa dupla moral tem nome: etarismo, que corresponde a discriminação e preconceito contra pessoas com base na idade. O fenômeno se manifesta em diferentes contextos, como no trabalho, na mídia ou no dia a dia em geral, e afeta especialmente as mulheres. O etarismo feminino é um reflexo da misoginia, alimentado pelo estigma de que mulheres possuem “prazo de validade”, e após certa idade, são consideradas obsoletas.

Em setembro deste ano, a cantora Madonna anunciou sua volta para o mundo da música após seis anos desde o último trabalho, *Madame X* (2019). O novo projeto marca seu retorno para a antiga gravadora, Warner Records, e será uma continuação do álbum dance *Confessions On a Dancefloor*, lançado originalmente em 2005.



Madonna durante apresentação da turnê Celebration, que celebra quatro décadas de carreira da artista

Entretanto, o que deveria ser uma comemoração pela longevidade de sua carreira, virou um espetáculo midiático sobre o “perigo” de uma mulher de 67 anos que ousa ainda permanecer visível, sexual e criativa. Nos últimos anos, a artista que revolucionou o mundo pop e construiu uma trajetória de décadas, enfrentou uma avalanche de comentários sobre sua aparência.

Em entrevista ao **Contraponto**, a pesquisadora de Comunicação e Cultura Pop, Mariana Lins, explica que a continuidade da carreira de Madonna é, por si só, um ato de resistência contra o sexismo e preconceito na música – funciona como âncora de apoio para a carreira de outras mulheres. “Hoje você tem Mariah Carey, que já passou dos 50, Beyoncé passou dos 40, cantoras que estão tendo uma longevidade, que estão tendo uma possibilidade de envelhecer sem a cobrança, o peso e o etarismo que Madonna experimentou”, diz.

Lins também comenta como o gênero musical consegue demandar ainda mais das mulheres: cantoras de música pop têm sua performance muito ligada à dança e à mobilidade física. Diferente de uma cantora que canta parada, a artista pop depende de um espetáculo altamente coreografado e visual, que exige presença corporal e energia física. Por isso, a passagem do tempo é muito mais visível nesse tipo de performance, ainda mais em um gênero como o pop, que é hedonista e voltado ao público jovem.

Em 1993, durante a turnê *The Girlie Show*, a revista *Smash Hits* divulgou um artigo com o título “Calm Down, Grandma!” (“Vá com calma, vovó!”, em tradução livre), enquanto estampava uma foto da artista em duas páginas. Madonna tinha apenas 35 anos na época.

Três décadas mais tarde, durante a *Celebration Tour* em 2023, a colunista do *Daily Mail*, Sarah Vine, publicou uma crítica com o título “Oh Madge, isn’t it time you grew up?” (Ah Madge, não é hora de você crescer?), em referência às danças sensuais de uma Madonna com mais de 65 anos. Grande parte das críticas e comentários nunca foram sobre a qualidade do show ou da música, mas sim sobre a aparência e idade da cantora, que já declarou em entrevistas não pensar sobre sua idade enquanto se apresenta, e muito menos em parar.

Em 2019, no decorrer de uma entrevista para a *Vogue* britânica, a musicista desabafou sobre as críticas recorrentes que recebe sobre seu envelhecimento enquanto pessoa pública. “As pessoas sempre tentaram me silenciar por um motivo ou outro, seja porque não sou bonita o

© Reprodução: X/@GretchenCantora



De “rainha do reboledo”, Gretchen agora é a “rainha dos memes” da geração Z

suficiente, não canto bem o suficiente, não sou talentosa o suficiente, não sou casada o suficiente e agora é que não sou jovem o suficiente. Agora estou lutando contra o preconceito de idade, estou sendo punida por fazer 60 anos”

O etarismo não se limita apenas à cultura dos Estados Unidos. No Brasil, artistas longevas também são vítimas de críticas constantes sobre aparência e idade. A cantora, dançarina e personalidade brasileira Gretchen, de 66 anos, rebate com humor e acidez os comentários que recebe sobre a dificuldade do envelhecimento: “É seu caso amor? Porque para mim envelhecer é vida. Quem não envelhece é porque já morreu”. Xuxa Meneghel enfrenta julgamentos similares por assumir as mudanças de sua aparência aos 62 anos. “Quando elas falam que estou velha, eu digo: eu sei. Eu tenho espelho em casa. Sei que tenho rugas”, afirma a rainha dos baixinhos em entrevista para a *Veja*.

Esse cenário mostra-se ainda mais problemático quando dados demográficos brasileiros são analisados. Segundo projeções do IBGE, pessoas com mais de 60 anos devem ultrapassar os 30% da população nacional até 2050 – sendo grande parte dessa porcentagem mulheres.

Seja por comentários sobre procedimentos estéticos, comportamento ou cobranças para que desapareçam da mídia, frequentemente se encontram motivos para julgar essas mulheres. E, ao silenciá-las, o público se priva de décadas de experiência artística, maturidade e perspectivas únicas que só o tempo pode trazer. Enquanto a indústria musical tratar a velhice como declínio feminino, artistas como Madonna, Xuxa e Gretchen continuarão provando que a relevância de uma diva pop não tem prazo de validade.

Tarifa de 100% sobre filmes estrangeiros: o novo muro de Trump contra o cinema global

Presidente dos EUA pretende taxar filmes estrangeiros, levantando debates sobre protecionismo e o impacto na indústria cultural

Por Eduarda Amaral, Julia Naspolini e Kaleo Ferreira

No dia 29 de setembro, Donald Trump escreveu em seu perfil da rede social *Truth Social* que pretende taxar em 100% “todo e qualquer filme feito fora dos Estados Unidos”. Pela primeira vez, ele anunciou uma taxa aplicada a um serviço, e não a um produto.

Essa tarifa representa uma das mais controversas medidas protecionistas propostas para a indústria cinematográfica, e gerou ondas de choque tanto nos Estados Unidos quanto internacionalmente. Logo após as declarações, a Casa Branca afirmou estar no processo de decisões definitivas sobre essas taxas, procurando um consenso com as orientações do presidente.

A proposta representaria uma mudança radical e sem precedentes na política comercial americana no setor audiovisual. Uma taxa deste tamanho funcionaria especialmente como uma barreira para produções internacionais no mercado americano, dobrando o custo de distribuição de qualquer filme estrangeiro no país.

Por outro lado, os apoiadores do presidente veem essa tarifa como algo positivo e necessário, com o argumento de proteger os empregos americanos e reanimar o setor, que teria perdido espaço para produções estrangeiras.

Do ponto de vista econômico, uma taxa dessa magnitude traria consequências profundas. Os distribuidores de filmes estrangeiros enfrentariam altos custos, tornando financeiramente inviável a exibição da maioria das obras internacionais em circuitos americanos.

Filmes de arte, documentários estrangeiros e produções independentes, que já possuem margens pequenas de lucro, seriam os mais afetados e o público americano perderia acesso à diversidade cinematográfica global, ficando restrito a produções hollywoodianas.

As grandes produtoras e distribuidoras americanas também serão prejudicadas. Hoje em dia, são poucos os filmes produzidos 100% nos Estados Unidos. Mesmo com uma equipe estadunidense, muitos estúdios optam por gravar em outros lugares do mundo por terem um menor custo de produção.

Um exemplo é o novo filme do Homem-Aranha – “Spider Man Brand New Day”, que estreia em 2026. A história se passa em Nova Iorque, mas as gravações estão sendo feitas em Glasgow, na Escócia.

Em entrevista à CNN, Jay Sures, vice-presidente da United Talent Agency disse “o fato é que é mais barato para os estúdios de Hollywood pagar para todos embarcarem em aviões e hotéis, porque o custo da mão de obra, a falta de descontos e a possibilidade de produzir no exterior são infinitamente mais baratos”.

Caso a taxa seja implementada, plataformas de streaming como Netflix e MUBI, que dependem de catálogos globais, enfrentariam custos altos para manter títulos estrangeiros, encarecendo assinaturas ao público americano. Além da desvalorização financeira dessas empresas no mercado diante dessa instabilidade. Após o anúncio, as ações da Netflix caíram na bolsa de valores.

Somado ao impacto econômico, há a ameaça ao modelo de circulação livre de conteúdos, que tornou o streaming um dos principais vetores de diversidade cultural dos últimos tempos, restringindo o acesso dos espectadores a narrativas e estéticas de outros países. Sob a perspectiva cultural, isso representaria um empobrecimento significativo por parte da paisagem cinematográfica americana.

O roteirista e especialista em narrativas, Marcelo Andrighetti, reforça que o impacto vai além do acesso e atinge a própria produção dentro dos Estados Unidos. Ele comenta que atualmente a diversidade é uma das grandes demandas do mercado e que a ideia de taxas sobre filmes estrangeiros vai na contramão desse movimento.

Pela dominação cultural e grande influência mundial de Hollywood, os americanos não possuem o costume de assistir filmes em outra língua. As produções estrangeiras demoraram muito para terem o reconhecimento americano. Mas, nos últimos anos, houve um aumento em sua distribuição, comprovado por grandes cerimônias como o Oscar e o Globo de Ouro, que premiaram filmes internacionais em categorias de destaque.

Após o sucesso de “Ainda Estou Aqui”, brasileiros questionam se o feito acontecerá novamente com a nova aposta para a próxima temporada de premiações, “O Agente Secreto”.

Em entrevista à VEJA, Emiliano Zapata, diretor de inovação e políticas audiovisuais da Spcine, explica que para um filme

© Reprodução: Poder 360



Presidente Donald Trump fazendo uma saudação e usando o boné de sua campanha “Tornar a América grande novamente”

internacional ter uma campanha competitiva para concorrer nas premiações, ele precisa ser adquirido por uma distribuidora americana.

Processo que será dificultado caso a taxa entre em vigor. Zapata acrescenta, “É quase como criar um bloqueio. Já é difícil entrar nesse mercado. Se essa dificuldade dobra, isso pode se tornar um risco que não vale a pena correr”.

As consequências da tarifa iriam atingir todo o cinema estadunidense, que depende fortemente do mercado internacional. Em 2024, os EUA exportaram US\$22,6 bilhões em conteúdo audiovisual, segundo a Motion Picture Association (MPA). A entidade destaca que a indústria cinematográfica e televisiva gera 2,32 milhões de empregos no país. Em contrapartida, a bilheteria doméstica somou US\$8,7 bilhões no mesmo período, de acordo com levantamento da Comscore.

Para o roteirista Andrighetti, a decisão do presidente Trump representa um “nacionalismo vazio”, pois o cinema estadunidense se alimenta do que vem de fora. O cinema é conhecido por ser uma forma de arte e veículo de intercâmbio, bloquear esse acesso privaria o público local de perspectivas variadas.

Embora a implementação da taxa ainda seja incerta, o anúncio do presidente criou um clima de instabilidade e medo em um setor que, por natureza, depende da colaboração internacional e da livre circulação de conteúdos. A tarifa de 100% permanece, por enquanto, mais como declaração política do que como medida economicamente fundamentada, um anúncio calculado para gerar repercussão e reforçar narrativas nacionalistas.

Artistas latino-americanos se posicionam contra os EUA

Cantores evitam Estados Unidos por riscos de deportações de espectadores dos shows e revogação de vistos

Por Giovanna Britto, Giovanna Hagger, Giovana Laurelli, Larissa Viana e Olívia Ferreira

Na segunda posse do presidente norte-americano Donald Trump, em 20 de janeiro de 2025, cantores de diferentes nacionalidades – em sua maioria latinos – têm enfrentado dificuldades ou optado por não se apresentar nos Estados Unidos. Seja voluntariamente, como forma de protesto e medida preventiva, ou forçadamente, pela suspensão de vistos, essa ausência cultural latina no país revela uma tendência da política estadunidense à rejeição de estrangeiros, especialmente os vindos da fronteira sul.

As razões para essa decisão variam entre problemas com vistos, receio de fiscalizações migratórias e acusações de censura cultural. Essas movimentações evidenciam um cenário de tensão entre o crescimento da música latina nos Estados Unidos e as barreiras políticas e legais ainda impostas no território.

O cantor porto-riquenho Bad Bunny surpreendeu ao lançar sua nova turnê, *DeBí Tirar Más Fotos*, sem incluir nenhuma data nos Estados Unidos continentais. Segundo ele, a decisão foi motivada por preocupações com possíveis fiscalizações do Serviço de Imigração e Alfândegas dos EUA (ICE) nos arredores dos estádios, o que poderia colocar fãs imigrantes em risco.

A ausência do artista reflete não apenas uma escolha logística da turnê, mas também uma crítica implícita às políticas migratórias norte-americanas. Bad Bunny tem sido uma voz ativa em pautas sociais e costuma se posicionar contra a discriminação sofrida por comunidades latinas.

Outro caso recente envolve o Grupo Firme, uma das bandas mais populares da música regional mexicana. O grupo teve apresentações canceladas no festival La Onda, na Califórnia, em maio de 2025,

devido à suspensão temporária de seus vistos de trabalho. As autoridades alegaram “revisão administrativa”, mas fontes próximas à produção do grupo afirmam que o controle mais rigoroso está ligado ao estilo musical da banda, que pertence ao gênero narcocorrido – frequentemente associado a letras sobre tráfico de drogas e atividades similares.

O cantor mexicano Julián Álvarez teve o visto de entrada nos Estados Unidos revogado poucos dias antes de se apresentar em Arlington, Texas. O governo norte-americano não apresentou justificativas oficiais, mas a decisão reacendeu polêmicas antigas sobre supostas ligações do artista com atividades ilícitas, acusações que ele nega veementemente.

O caso de Álvarez reforça o clima de incerteza enfrentado por artistas latinos que tentam atuar em território americano. Muitas vezes, as revogações ocorrem sem aviso prévio, afetando agendas inteiras e gerando prejuízos econômicos significativos.

A luta que Bad Bunny decidiu enfrentar também diz respeito a outros cantores que, embora conhecidos, não possuem o mesmo nível de popularidade do porto-riquenho.

Em entrevista ao **Contraponto**, Isabela Ceccarelli, especialista em direito do entretenimento e colunista musical da *Capricho*, ressaltou essa dificuldade: “Ele tomou uma decisão muito relevante, mas vale lembrar que só pode fazê-lo por ter o tamanho, o impacto e a influência que tem”.

Para Isabela, o cantor pôde escolher não incluir os Estados Unidos em sua turnê. Ela complementa dizendo que para artistas menores isso seria uma decisão arriscada, pela dificuldade existente no cenário musical.

Política migratória

Desde o início do mandato, Trump tem adotado medidas como a assinatura de proclamações e ordens executivas relacionadas à imigração, com foco na fronteira sul e nos latino-americanos.

Um exemplo é a Proclamação 10888, “Garantindo aos Estados Unidos proteção contra a invasão”, de 20 de janeiro de 2025, que, entre outros aspectos, classifica a entrada pela fronteira sul como uma invasão e proíbe o ingresso de estrangeiros por essa via. Além disso, autoriza as autoridades a “tomar todas as medidas apropriadas para repelir, repatriar ou remover” os estrangeiros, designados no documento como “aliens”.

Também foi alterada a lei de cidadania por direito de nascimento, por meio da Ordem Executiva 14160, “Protegendo o significado e o valor da cidadania americana”, da mesma data. Nela, estabelece-se que o direito de cidadania por nascença exclui aqueles que nasceram em território estadunidense de uma mãe que estava no país de forma ilegal ou temporariamente legal, e cujo outro genitor não seja cidadão ou residente permanente.

A ordem também orienta as agências governamentais a cessarem a emissão de documentos de cidadania para indivíduos que se enquadram nesses critérios, começando com pessoas nascidas mais de trinta dias após a emissão da ordem.

Sobre isso, a advogada de imigração e mestre em Relações Internacionais Rafaela Osaki, afirma que o termo “imigrante ilegal”, amplamente utilizado por Trump e seus apoiadores, é estigmatizante e fomenta narrativas extremistas e anti-imigração.

Ela complementa dizendo que o correto seria o uso das expressões “regular” e “irregular” para classificar a situação de entrada e estadia de estrangeiros.

Ainda assim, os imigrantes irregulares não têm sido os únicos alvos das políticas de imigração. “O escopo da ‘campanha de deportação’ foi ampliado e atinge os estrangeiros que o governo Trump acredita serem criminosos ‘perigosos’, além de imigrantes ativistas e críticos à administração atual, todos tidos como ‘ameaças’ à segurança nacional”, afirma Osaki.

Ela acrescenta que possuir um *green card* (residência permanente) já não garante os mesmos direitos de permanência e de livre circulação em território estadunidense.

A motivação por trás dessas medidas e discursos parte de uma narrativa que tenta justificar os problemas sociais,



Foto de divulgação com datas e locais da turnê de Bad Bunny, sem a presença dos Estados Unidos

políticos, econômicos e culturais por meio do movimento migratório direcionado aos Estados Unidos. A culpa por essas questões é atribuída aos imigrantes e aos que defendem seus direitos, colocando-os em risco de serem removidos do território ou censurados.

Segundo Rafaela Osaki, “o governo Trump tem sido muito claro em relação à sua defesa partidária do direito fundamental que mais preza, a ‘liberdade de expressão’, mas somente àqueles que concordam com ele”.

Por mais que esses posicionamentos sobre imigração sejam levados ao extremo no governo Trump, a advogada afirma que o país possui uma política notadamente dura em relação à imigração, independentemente da ideologia do presidente.

Trata-se, portanto, de uma tendência de ultranacionalismo presente em ambos os partidos, mesmo em uma nação construída com base no deslocamento de populações mundo afora.

Dados sobre as deportações

Desde o início do novo governo de Donald Trump, em 20 de janeiro de 2025, as políticas de deportação dos Estados Unidos foram intensificadas de forma significativa.

O argumento do governo é que tais ações visam reforçar a segurança nacional, reduzir a criminalidade e preservar os empregos para cidadãos propriamente americanos.

Brasil foram retirados do território norte-americano, segundo dados da Polícia Federal. Além disso, a soma de deportados para o Brasil entre janeiro e outubro já é 37% maior do que o total registrado em 2024.

Em estatísticas gerais, segundo o site americano *New York Post*, o governo Trump deportou mais de 493 mil imigrantes irregulares – chamados por eles de “aliens” – desde o início do segundo mandato do presidente. Aproximadamente 1,6 milhão de pessoas “se deportaram” voluntariamente.

A porta-voz do *Department of Homeland Security* (DHS), Tricia McLaughlin, afirmou: “Os estrangeiros ilegais estão ouvindo nossa mensagem para sair agora ou enfrentar as consequências”.

Polêmica no Super Bowl de 2026

Bad Bunny divulgou, no domingo, 28 de setembro, que será uma das atrações de um dos maiores eventos dos Estados Unidos: o Super Bowl. Ele se apresentará em 2026, durante o intervalo da final da Liga Nacional de Futebol (NFL). Mesmo sendo um dos artistas mais populares do país,

sua escalação gerou uma onda de críticas por parte de apoiadores do presidente Donald Trump.

A escolha da NFL pelo cantor demonstra a intenção de popularizar o futebol americano entre outras culturas. Sendo um esporte ainda muito restrito ao público estadunidense, trazer um artista latino representa uma tentativa de

atrair a audiência de países que consomem sua produção – em sua maioria, falantes de língua espanhola, como Bad Bunny.

Isso já havia ocorrido no Super Bowl de 2020, co-estrelado por Shakira e Jennifer Lopez, acompanhadas por J Balvin e, novamente, Bad Bunny.

Em contrapartida, apoiadores do movimento trumpista *Make America Great Again* (MAGA) foram extremamente críticos à decisão. Por criticar a política de Trump e exaltar a cultura de Porto Rico e da América Latina nas músicas de

seu novo álbum, *Debí Tirar Más Fotos* – inteiramente em espanhol – o cantor foi classificado como “alguém que parece odiar a América”.

Espera-se um show com referências políticas e culturais contrárias ao governo Trump, mas essa não será a primeira vez que isso ocorre no palco do Super Bowl. Apesar de norte-americano, o cantor Kendrick Lamar realizou uma apresentação que também criticava o governo Trump e seus aliados.

“O cenário da música atualmente é bastante político, o que é bem relevante, porque mostra que artistas não estão sendo apenas profissionais que lançam música. Eles também estão se tornando figuras com consciência política e social em vários aspectos”, afirma Ceccarelli.

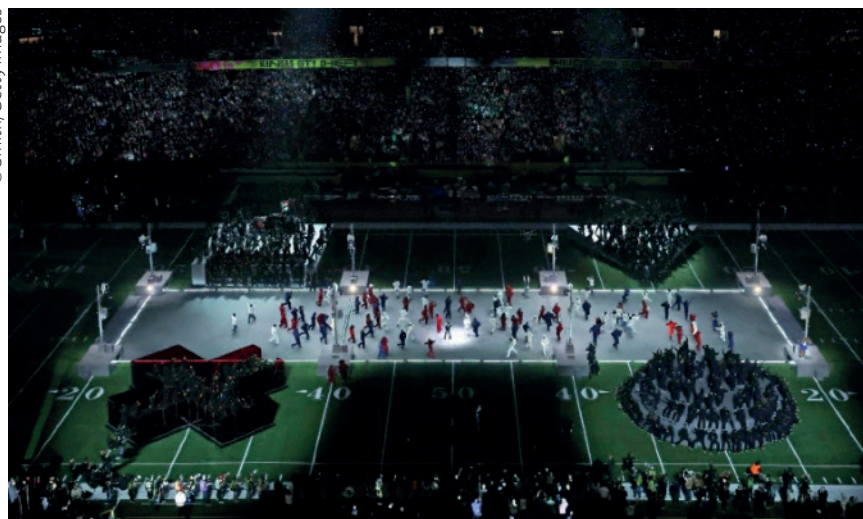
Bad Bunny está transmitindo uma mensagem que vai além de uma tendência: trata-se de um movimento altamente relevante no cenário da imigração mundial.

O próprio presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, criticou a escolha da NFL de selecionar o porto-riquenho como atração principal do show. Em entrevista ao apresentador Greg Kelly, do programa *Greg Kelly Reports*, da *Newsmax*, Trump afirmou nunca ter ouvido falar em Bad Bunny e classificou a escolha como “absolutamente ridícula”.

Além disso, o governo americano anunciou que agentes de imigração irão fiscalizar o Super Bowl de 2026, com o objetivo de assegurar que não haja nenhum tipo de imigrante irregular presente no evento.

Em um podcast americano chamado *The Benny Show*, Corey Lewandowski, funcionário especial do Departamento de Imigração, foi questionado sobre as fiscalizações do ICE no evento do cantor latino: “Não há lugar onde você possa fornecer refúgio seguro para pessoas que estão ilegalmente neste país. Nem no Super Bowl, nem em nenhum outro lugar. Nós vamos encontrá-lo, prendê-lo, colocá-lo em uma instalação de detenção e deportá-lo”.

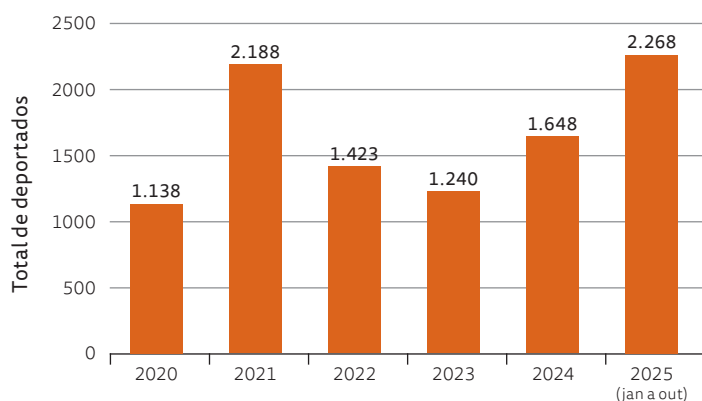
© Smith/Getty Images



Estádio do Super Bowl, durante apresentação de Kendrick Lamar. A representação de um controle de videogame se refere a manipulação norte-americana realizada

Deportações de brasileiros dos EUA desde 2020

Série histórica



Fonte: Polícia Federal e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

Os latino-americanos – principalmente os de origem mexicana e centro-americana – têm sido os mais diretamente afetados por essas medidas. Sob essas políticas agressivas, imigrantes latinos, mesmo sem qualquer histórico criminal, tornaram-se alvos de operações de detenção e deportação, gerando um clima de medo e incerteza dentro das comunidades latinas.

O número de brasileiros deportados dos Estados Unidos atingiu, em 2025, o maior patamar já registrado desde 2020. Somente neste ano, 2.268 imigrantes do

Possível banimento de Israel da Copa do Mundo de 2026 ressalta tensão política

UEFA e FIFA têm dilemas geopolíticos e humanitários interferindo em suas competições

Por Guilherme Santos, Guilherme Romero e Lucas Farias

As diversas denúncias de violações de direitos humanos e genocídio apontado no relatório da ONU – divulgado no dia 16 de setembro – e o avanço do conflito em Gaza intensificaram a pressão de federações e organizações internacionais para que a União das Associações Europeias de Futebol (UEFA), que comanda o futebol europeu, formalize o banimento de clubes e federações israelenses de torneios europeus.

Além disso, entidades nacionais e atletas têm exigido sanções, enquanto órgãos internacionais como a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), enfrenta dilemas jurídicos e políticos diante da crescente tensão.

As pressões para que a UEFA adote uma postura mais dura em relação à Israel partem de um conjunto crescente de federações nacionais, organizações de direitos humanos e movimentos de torcedores europeus e árabes, em sua maioria.

Entidades como a *Human Rights Watch* e a *Amnesty International* têm acusado o governo israelense de promover crimes de guerra e práticas de apartheid contra o povo palestino, cobrando das instituições esportivas uma resposta proporcional à gravidade da situação.

O caso da Rússia, banida de competições europeias após a invasão da Ucrânia, tem sido um dos principais argumentos de parlamentares e ativistas que questionam o porquê de Israel seguir competindo normalmente em torneios continentais, apesar das denúncias de genocídio em Gaza.

Dentro da própria UEFA, o tema é tratado com cautela, mas há debates internos e manifestações públicas de clubes e torcedores pedindo coerência institucional. Grupos de fãs organizados na Espanha, Escócia, Irlanda e Inglaterra, por exemplo, realizaram protestos em partidas da Champions League exigindo o afastamento de Israel.

Além disso, a Associação Palestina de Futebol (PFA), em março de 2024, formalizou uma queixa formal à FIFA e à UEFA, argumentando que o esporte não pode permanecer neutro diante de um conflito com dimensões humanitárias tão graves.

Em entrevista ao **Contraponto**, Sérgio Xavier, jornalista e comentarista da TV Globo, explica o aparente descaso da instituição com as questões em Gaza: “Eles não são

assim. A gente até gostaria que tivessem todo um posicionamento histórico para injustiças, massacres, preconceitos, etc. Mas o que nós vemos é um constante lavar as mãos”, esclarece Xavier.

O posicionamento da FIFA passa muito pelas ações do presidente da entidade, Gianni Infantino, e pela influência do presidente norte-americano Donald Trump. Embora publicamente eles demonstrem proximidade, com trocas de elogios e abertura a sugestões, a organização busca reafirmar sua autonomia em relação a lideranças políticas.

Em resposta às declarações de Trump, Victor Montagliani, presidente da CONCACAF e vice-presidente da FIFA, afirmou durante uma palestra em um evento que o futebol é maior que os líderes mundiais.

A postura dos outros anfitriões da Copa de 2026 também limita a influência da Casa Branca. Tanto o México quanto o Canadá mantêm relações diplomáticas mais cautelosas com Washington. Essa falta de alinhamento entre as três sedes torna o caminho da FIFA ainda mais complexo, forçando a entidade a ser cuidadosa com suas decisões entre as exigências éticas globais e os poderosos interesses geopolíticos e econômicos de seu principal mercado.

Porém, a pressão pelo banimento ganhou força após a publicação de um manifesto da Organização *Athletes 4 Peace*, que reúne ex-atletas e ativistas internacionais engajados em causas humanitárias. No documento, o grupo apela à UEFA para suspender Israel de todas as competições, argumentando que a medida é necessária “em nome da justiça, da humanidade e dos valores do futebol”.

O texto denuncia que o silêncio das instituições esportivas diante das ações

militares israelenses em Gaza representa uma contradição ética, sobretudo diante da onda de protestos de torcedores, jogadores e clubes que vêm se manifestando contra o genocídio palestino em estádios da Europa e do Oriente Médio.

Entre as vozes mais influentes está a do técnico espanhol Pep Guardiola que, durante seu discurso, após receber o título de doutor honorário da Universidade de Manchester, expressou solidariedade ao povo palestino e defendeu publicamente que o futebol não deve se calar diante de tragédias humanitárias, reforçando a necessidade de coerência ética das entidades que regem o esporte mundial.

Outro nome importante que se manifestou a favor do banimento de Israel foi o ex-jogador Eric Cantona. Já aposentado, o histórico jogador do Manchester United criticou as instituições por fazerem vista grossa ao que ocorre na Faixa de Gaza.

“Quatro dias após a Rússia iniciar uma guerra na Ucrânia, a FIFA e a UEFA suspenderam a Rússia. Estamos há mais de 700 dias em um genocídio e, mesmo assim, Israel continua autorizado a participar das competições”. “Por que há dois pesos e duas medidas? A FIFA e a UEFA devem suspender Israel”, completou o ex-jogador.

A proposta de paz apresentada por Donald Trump conhecida como “Plano para Gaza”, adicionou uma nova camada de complexidade à relação entre a política internacional e o futebol global. O documento, divulgado com grande repercussão mundial, propunha o cessar-fogo imediato, a libertação de reféns e a reconstrução de Gaza sob uma administração supervisionada por uma coalizão internacional.

Embora vendido como um esforço diplomático, o plano também reafirmou o papel dos Estados Unidos como principal mediador e protetor dos interesses israelenses.

O debate sobre o possível banimento de Israel de competições da UEFA e da FIFA continua em destaque nas entidades esportivas e na imprensa internacional. Organizações de direitos humanos, federações nacionais e movimentos de torcedores reforçam a cobrança por medidas que reflitam princípios éticos diante das denúncias de um genocídio. Enquanto isso, a FIFA e a UEFA seguem avaliando a situação, ponderando os impactos jurídicos, políticos e esportivos de uma eventual sanção.



Presidente da FIFA e Donald Trump em uma reunião sobre a Copa do Mundo de 2026

© Reprodução/@gianni_infantino

“Tinha que ser mulher”: o machismo que transforma o jogo em campo de batalha

Nos e-sports, o desafio vai muito além da tela, é uma disputa por respeito, espaço e voz

Por Ian Ramalho, Juliana Bertini de Paula e Letícia Damato

“Tinha que ser mulher” ou “volta para a cozinha”. Se você é mulher e joga jogos competitivos online como League of Legends (LoL), Valorant ou Overwatch, com certeza já ouviu essas frases ou variações. Atrás das telas, muitos jogadores se sentem à vontade para reproduzir preconceitos que, fora do jogo, talvez nem ousassem dizer em voz alta. Esses comentários são ecos de uma realidade dolorosa para quem busca um lugar legítimo nesse cenário.

Em teoria, os e-sports - termo que vem do inglês *eletronic sports*, ou esportes eletrônicos, utilizado para definir a modalidade competitiva de jogos virtuais - seriam o território da meritocracia: vence quem tem reflexo rápido, estratégia e treino. Não há barreiras físicas nem distinção de gênero, apenas habilidade e técnica. Mas, na prática, o mundo digital tem replicado, e muitas vezes amplificado, as mesmas desigualdades que há décadas limitam o espaço das mulheres em outras áreas.

Nos campeonatos, essa contradição se torna evidente, a ausência de mulheres no topo do cenário competitivo é gritante: atualmente, não há nenhuma jogadora em equipes profissionais de League of Legends, o e-sport mais assistido do mundo em 2024.

Um exemplo que se tornou um marco que movimentou a causa da inclusão foi o da equipe russa Vaevictis eSports, que ficou famosa em 2019 como a primeira equipe 100% feminina a disputar uma liga profissional de League of Legends.

O momento deveria representar inclusão e igualdade e, até mesmo, ser motivo de celebração, mas a recepção do público e de outros jogadores mostrou uma realidade distinta: piadas, memes e boicotes se multiplicaram nas redes sociais e até dentro das próprias partidas disputadas pelo time, que acabou virando alvo de críticas não pelo desempenho, mas pelo fato de ser composto por mulheres.

Esse caso evidenciou a fragilidade da inclusão e escancarou o quanto a meritocracia no cenário era, na realidade, extremamente seletiva, desconsiderando o talento das jogadoras, apenas por serem mulheres.

O caso da Vaevictis se tornou um símbolo dentro da comunidade gamer, ao expor os diversos problemas de inclusão nos e-sports ao mostrar a ausência de uma neutralidade que o próprio meio afirmava

defender, revelando a urgente necessidade de mudança.

As jogadoras da equipe e sua história viraram referência e inspiração para criadoras de conteúdo, ligas femininas e outras iniciativas que buscam construir ambientes mais inclusivos em todo o mundo. O time forçou a comunidade a olhar para o próprio machismo e perceber que a meritocracia é algo que só funciona de fato quando a igualdade é real.



Vaevictis, primeira equipe inteiramente feminina de League of Legends

O problema, no entanto, começa muito antes dos palcos dos campeonatos. Ele se instala nos chats de voz, nas partidas casuais e em todos os espaços onde as mulheres tentam simplesmente jogar. Em partidas de Valorant, Counter-Strike 2 e o próprio LoL, o simples ato de falar ou usar pronomes femininos pode desencadear uma avalanche de assédio.

Para Steph Jockem, fundadora da *League of Divas*, comunidade feminina voltada para jogadoras de LoL, o machismo continua sendo o maior obstáculo. “Toda mulher que joga já passou por isso. É um reflexo direto da sociedade, mas dentro dos jogos ele se intensifica, porque muitos se sentem intocáveis”, afirma.

Em entrevista ao **Contraponto**, ela relata casos frequentes de jogadoras que trocam seus nomes no jogo por apelidos masculinos ou neutros para evitar o assédio.

Em meio a esse cenário hostil, muitas jogadoras encontram em outras mulheres o apoio que o jogo deixa de oferecer.

Para compreender a dimensão desse problema, foi realizada uma pesquisa anônima na comunidade, que contou com a participação de 30 mulheres. “Geralmente eu não ligo muito e denuncio a pessoa. Mas, infelizmente, quem pratica essas ações raramente são penalizados”, relata uma das participantes. Outra jogadora diz que se acostumou com a situação: “antes

eu ficava muito mal e chorava, tentava discutir, mas hoje eu só ignoro”.

As marcas do machismo podem às vezes ser sutis, mas também poderosas e persistem: as mulheres são automaticamente associadas ao papel de suporte. Em LoL, Valorant ou Overwatch, são frequentemente empurradas às funções de cura e proteção. Não por escolha, mas por condicionamento. Desde cedo, meninas são ensinadas a cuidar, enquanto meninos aprendem a liderar e atacar. Entre as respostas obtidas na pesquisa, mais da metade das jogadoras jogam no papel de suporte.

Jogadoras que assumem papéis ofensivos ou de liderança são vistas com desconfiança. “Já me disseram que eu devia ficar de suporte porque é o que mulher sabe fazer”, conta uma jogadora. Mesmo quando lidera ou tem melhor desempenho, seu protagonismo é questionado.

O suporte é vital, mas quando se torna destino obrigatório de um determinado gênero, ele deixa de ser função e vira metáfora: mulheres ajudam, mas não comandam; participam, mas não protagonizam. É a digitalização da velha estrutura social, disfarçada de “estratégia de equipe”.

Os relatos de desrespeito e exclusão não se limitam às partidas casuais, eles também atravessam o ambiente competitivo. Uma ex-coach profissional de *Wild Rift*, membro da comunidade, contou por meio da pesquisa ter enfrentado atitudes machistas durante campeonatos presenciais no Rio de Janeiro. Ela relatou ter sido constantemente confundida como “namorada de algum jogador”, mesmo estando identificada como técnica.

Em um dos torneios, chegou a ouvir que seu time perderia por ser “orquestrado por um gênero inferior” e foi alvo de comentários machistas nas redes sociais. “Quando fui reclamar diretamente, o rapaz não se desculpou e isso gerou penalidade para sua equipe. Ainda não satisfeito, ele postou um jogo chamado ‘simulador de louça’ dizendo que eu deveria ser profissional nele”.

Steph Jockem acredita que, apesar dos discursos sobre diversidade, o incentivo institucional ainda é insuficiente. Mesmo com avanços, ela reconhece que a receptividade ainda está longe do ideal. “Hoje se fala mais sobre igualdade e existem mais torneios e iniciativas, mas receptividade de verdade não é só abrir vagas femininas, é garantir respeito, segurança, e oportunidades iguais”.

Esporte paralímpico cresce no Brasil, mas ainda carece de visibilidade

De recordes de medalhas ao maior investimento da história, país busca consolidar posição de potência até Los Angeles 2028

Por Cristian Buono, Eduardo Bettini e Fábio Pinheiro

Por muito tempo ignorados, os esportes paralímpicos vêm crescendo no Brasil. Entre 2012 e 2024, o país mais que dobrou o número de medalhas, passando de 43 para 89 condecorações, um crescimento de 107%.

A expectativa é uma melhora ainda maior, visto que o Governo Federal está investindo cerca de R\$160 milhões. Esse é o maior patrocínio da história do esporte paralímpico brasileiro e visa apoiar atletas, modalidades e programas de iniciação até os Jogos Paralímpicos de Los Angeles 2028.

Para o jornalista da Folha de S.Paulo, o avanço é notável, mas ainda aquém do que um país de ponta deveria alcançar. “Há mais valorização, sim, mas ainda não é digna de uma nação entre as melhores do planeta”.

Marques argumenta, ainda, que a mídia aprendeu e ampliou espaço para a categoria, mas que ainda falta envolvimento de mais profissionais e investimentos publicitários.

A visão de Marques reforça um ponto sensível: apesar de conquistas históricas e resultados consistentes, o espaço dado ao esporte paralímpico ainda não reflete a grandeza de seus feitos. A percepção pública e midiática segue em crescimento, mas depende de uma consolidação

estrutural – com mais cobertura, diversidade de narrativas e investimento institucional.

Outro desafio é ampliar o número de modalidades em que o Brasil tem delegações competitivas. “O Brasil precisa formar seleções fortes em várias frentes, e não depender apenas do atletismo e da natação”, explica.

Ele cita o exemplo do futebol de cegos, tradicionalmente vitorioso com cinco ouros paralímpicos, mas que ficou apenas com o bronze na última edição, como sinal de alerta.

“Precisamos renovar talentos, incentivar novas gerações e pulverizar o desempenho para consolidar o Brasil como uma potência global. As grandes potências não dominam apenas uma modalidade, elas têm presença em diferentes tipos de competição”.

Além da diversidade esportiva, há um ponto essencial para o futuro: o fortalecimento das bases e da formação de novos atletas. A expansão das Paralimpíadas Escolares tem sido um divisor de águas.

“Esses resultados nas categorias de base são reflexo direto do investimento na Paralimpíada Escolar. O Brasil é um celeiro de talentos, e as escolinhas funcionam muito bem em várias regiões do país”, afirma o especialista.

Ele também ressalta que, embora o país ainda dependa de estruturas locais e da boa vontade de gestores, o nível de organização melhorou significativamente. Ele conta que o esporte paralímpico traz benefícios não só para o atleta, mas para a sociedade como um todo, com a

Comissão brasileira na abertura dos Jogos Paralímpicos de Paris 2024



© Alessandra Cabral/CPB

promoção de inclusão, pertencimento e desenvolvimento comunitário.

O recente investimento de R\$160 milhões reforçou o papel do governo no fortalecimento do esporte. Somado a isso, o Centro de Treinamento Paralímpico, inaugurado em 2016 em São Paulo, tornou-se referência mundial: é o quarto maior do planeta e concentra treinos de várias modalidades.

A percepção de quem atua diretamente no dia a dia do esporte confirma esses avanços. Henrique Gavini, que trabalha com esportes paralímpicos desde 2013, começando pela Confederação Brasileira de Desportos na Neve e depois no Comitê Paralímpico na modalidade atletismo, ressalta que não se trata de preconceito, mas de falta de visibilidade.

Para ele, a diferença de valorização pelo público também está ligada às dinâmicas das modalidades. O futebol de cegos, por exemplo, é menos atrativo na televisão quando comparado ao futebol convencional, o que pode afastar parte da audiência leiga.

“Talvez algumas modalidades precisem rever regras para se tornarem mais dinâmicas e atrativas. Já atletismo e natação, que são carros-chefe do Brasil, conseguem ter disputas muito parecidas com o que o público está acostumado a ver nos Jogos Olímpicos”, afirma Gavini.

Ele reforça que o atual apoio governamental é expressivo e tem feito a diferença. “Os atletas paralímpicos de alto rendimento, em sua maioria, conseguem viver do esporte. Agora há grande investimento na base, na iniciação esportiva e na busca de novos talentos”, explica.

O esporte paralímpico brasileiro vive um processo de consolidação. Há resultados expressivos, maior visibilidade e investimentos inéditos, mas ainda há um caminho a percorrer para que receba a mesma valorização do esporte olímpico. A continuidade do apoio governamental, a diversificação das modalidades e o fortalecimento das categorias de base são pontos-chave.

Se essas condições forem mantidas, o Brasil não apenas seguirá colecionando medalhas, mas também consolidará sua posição como referência mundial em inclusão e excelência esportiva até os jogos de Los Angeles, em 2028.

© Divulgação/Site Comitê Paralímpico Brasileiro



Gráfico mostra a evolução do Brasil nos Jogos Paralímpicos e destaca Paris 2024, o melhor resultado do país

Segundo dados do Kantar Ibope, as Paralimpíadas de Paris, exibidas com exclusividade pelo SporTV, alcançaram resultados expressivos de audiência: os eventos chegaram a liderar a preferência na TV por assinatura, com 245 transmissões ao vivo e liderança de 70% do tempo entre os canais esportivos.

Somando TV Globo e SporTV2, o alcance total foi de 68 milhões de pessoas. No Globoplay, houve um aumento de 199% de usuários e 183% de horas assistidas em relação a Tóquio, segundo dados divulgados pelo O Globo.

Em entrevista ao **Contraponto**, o especialista em temas sociais, inclusão, direitos humanos e minorias, Jairo Marques, destaca que o público brasileiro passou a compreender a importância do esporte paralímpico – um processo que começou com força durante os Jogos do Rio, em 2016. “Em alguns dias, a Paralimpíada teve mais público do que a própria Olimpíada. Foi um marco importante”, afirmou.

Entre altos e baixos, encontros e desencontros

Por Vítor Nhoatto

EU AINDA ME PEGO PERGUNTANDO, será que quando eu penso em você, o mesmo acontece do seu lado?

Olhando para o teto de concreto e com marcas do tempo em forma de poeira e manchas escurecidas, tal qual as cicatrizes de um lugar que já viveu bastante.

Me pergunto ainda.

O que devo ter feito de errado? Será que aquele movimento foi a gota d'água para tudo ter ido pelo ralo?

Há um incômodo em não saber como as coisas funcionam ao certo, e como a paixão deixou de ser transmitida de um dos lados dessa parede.

— *Vocês já pediram?* - Alguém pergunta

Pediram o que?

Todas as sensações desconcertantes que um amor traz consigo? Um calor nas entranhas, as placas tectônicas sacudindo quando chega uma mensagem, e naquele exato momento a mente a mil.

Não por amor, mas temor?

— *Não, não pedimos ainda não, vamos dar uma olhada no cardápio agora*

É engraçado como a mente prega peças na gente. E como se mágicamente alguém escutasse o que penso, um instrumental começa a tocar no andar de cima, e instantaneamente uma letra vem à cabeça. Mas quando a melodia avança em meio aos barulhos de copos e risadas, a resposta aparece em meio aquele fogo, que hoje deveria ser apenas fumaça.

Por muito tempo as canções de amor não me preocupavam ou representavam. A cidade era um local de desafios políticos, profissionais, e a mesa era lugar de comer e conversar.

Nunca um lugar de escolha, de escolher gostar, de ter vontade de flertar com o risco.

Até que não mais.

-*Vou querer esse drink de nome diferente* - e ingredientes duvidosos, mas emocionante.

Curioso, assim sigo me lendo como se fosse esse cardápio de drinks. Disposto, não posso dizer que sempre é a ocasião, mas eu tento. Se não tentar também, não vou poder me identificar com as letras de sofrência que eu não gosto de sentir.

Mas também não vou poder olhar para trás e ver o quanto longe eu já cheguei.

Talvez eu transforme esses dedos gordurosos e olhares perdidos em música. Uma tentativa até que charmosa de me encontrar, ou só deixo uma playlist aleatória para que nunca me esqueça de quem por aqui passou.

Arou, plantou, semeou, colheu, mas depois deixou queimar... e deixou em cinzas essa cidade de pedra que aqui já durou.

Agora o relógio já está quase todo redondo. Pois é, o tempo passou. E foi bom.

Não me refiro às conversas jogadas fora ou aquela sensação de viver de novo as emoções que é uma confluência, aquele que se dispôs a procurar pelo amor, que na maioria das vezes desemboca em outro desencontro.

— *A conta, por favor.*

Também não costumo escrever sobre a dor de achar que a solidão nunca vai embora, uma busca que muitas vezes, não passa disso. Muito menos falo nas cicatrizes que ficam, os buracos na alma que nos fazem erguer tijolos em sinal de amadurecimento, além da dor.

Grito em silêncio sobre os caminhos desbravados no interior. As risadas e cócegas naquele sofá da zona sul e a sensação de sentir o ardor de estar vivo e livre.

É aquele gosto agriadoce que se conhecer melhor carrega, conhecer seus próprios limites para um drink ser doce ou salgado, como um corpo que agora conhece mais partes de si mesmo.

O que realmente importa são os ladrilhos que percorremos juntos, que pode ser uma caminhada mais longa que a outra, mas transforma.

— *Quanto tempo! Você por aqui hoje também, quem diria, como você está?*

Tão bom se dar conta do quanto cíclico e pequeno o mundo é, e assumir que o destino não é o pior dos vilões. Mas admito, não era nesse amigo que minha solidão não queria esbarrar.

Enfim, talvez o destino queira apenas nos ensinar lições, mostrando que até ele tem facetas, às vezes sendo até um palhaço tentando nos arrancar risos de certas situações.

Tudo isso em apenas uma mesa, uma noite e nessa vida.

— *Qual é a forma de pagamento de vocês?*

Porque a vida não nos faz essa pergunta? Como se fosse possível escolher se a emocionante euforia, eventual sofrimento e a certa história para contar, vão sair parceladas e com juros ou levar de uma vez na marra o nosso antigo eu.

— *É débito por favor. Não precisa da notinha, muito obrigado!*

Desse jeito a madrugada seguiu, e se você chegou até essa linha de ônibus ou metrô, além da que consta nesta página, é porque o meu e o seu ponto final nessa linha do amor ainda não chegou...

O julgamento que Vlado não viu

Brasil assiste à reprise de um dos capítulos mais sombrios de sua história, mas a memória do passado reescreve um novo final para a trama

Por Esther Ursulino

O ROTEIRISTA DO BRASIL NÃO ESTÁ DE BRINCADEIRA. Em 2016, ao sofrer um golpe em forma de *impeachment*, a ex-presidenta Dilma Rousseff ouviu do então deputado Jair Bolsonaro uma dedicatória de voto ao torturador Coronel Brilhante Ustra. Na ocasião, ela renunciou: “A história será implacável com os que hoje se julgam vencedores”.

Quase dez anos depois, a profecia foi cumprida. Em um julgamento inédito, Bolsonaro e militares se sentaram no banco dos réus, e o Supremo Tribunal Federal puniu, pela primeira vez, um ex-presidente por tentativa de golpe de Estado. Como se o destino tivesse senso de ironia, coube à ministra Cármen Lúcia, única mulher do STF, definir a condenação daquele que um dia associou o sexo feminino a uma “fraquejada”. Nada poderia ser mais simbólico.

Tive essas epifanias enquanto assistia ao julgamento da trama golpista. Como boa representante da geração Z, acompanhei o evento por transmissões ao vivo na internet. E, embora não estivesse fisicamente no Tribunal, fiz questão de estar presente naquele momento histórico, mesmo que de forma virtual. Afinal de contas, esse é o tipo de acontecimento que, um dia, a gente vai contar onde estava quando tudo aconteceu.

Nos intervalos dos magistrados, dei uma espiada no chat das lives. Lembro de ver algumas pessoas comentando a hashtag #BolsonaroFree que, traduzida do inglês para o português, significa “livre de Bolsonaro”, e não “Bolsonaro livre”. Ri sozinha. Seria o autor um fã ou um *hater* do ex-presidente? Outros usuários se manifestaram com o já clássico “SEM ANISTIA”, enfatizado pela tecla *capslock*.

Nada escapava aos olhos atentos dos produtores de conteúdo. Até a gravata de cachorrinhos do ministro Alexandre de Moraes virou pauta. Mas os memes foram o verdadeiro prato principal. Depois do voto interminável de Luiz Fux, o ministro virou caricatura nas redes, retratado com uma cabeleira desproporcional. De lá das profundezas da internet, surgiram até fotos da época em que ele ainda não usava peruca. Os internautas não perdoam.

Apesar de achar graça nesse carnaval digital, ainda me causa estranheza acompanhar a história se desenrolando em tempo real. Lembro bem da sensação de estar vivendo uma distopia no dia 8 de janeiro, quando assisti, ao vivo, à invasão da sede dos três poderes, em Brasília.

Era um domingo tranquilo. Eu estava com um namorado da época, trocando carícias diante da televisão, quando as imagens de um golpe de Estado em curso começaram a pipocar na tela. Como reagir a uma notícia dessas?! Nos encaramos atônitos, com medo de que uma ditadura fosse instaurada novamente no Brasil.

Eventos assim não pedem licença. Eles irrompem, tomam o domingo de assalto e nos obrigam a encarar a fragilidade da democracia. Hoje, entendo por que a vinheta do plantão da Globo ainda dá calafrios: ela anuncia que o mundo, em algum lugar, acabou de mudar. Talvez, o desconforto em acompanhar algumas notícias venha da noção de que a história pode reservar boas e más surpresas; e de que, a cada novo acontecimento, nada será como antes.

Em março deste ano, enquanto o Supremo decidia se aceitava ou não a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Bolsonaro e seus aliados, o ministro Flávio Dino interrompeu o tom burocrático da sessão com uma fala que soou quase como um alerta histórico. “Ah, mas não morreu ninguém”, repetia ele, citando os que tentavam minimizar o 8 de janeiro. E completou: “No dia 1º de abril de 1964 também não morreu ninguém. Mas centenas e milhares morreram depois. Golpe de Estado mata. Não importa se é no dia, no mês seguinte ou em alguns anos depois”. A declaração ecoou mais como um lembrete do que como um argumento jurídico.

A fala do ministro expôs o perigo da indiferença, essa anestesia coletiva diante de ataques à democracia que, quando ignorados, abrem espaço para o retorno dos estados de exceção. Como jornalista, não pude deixar de pensar em Vladimir Herzog. Em 1975, Vlado, então diretor de Jornalismo da TV Cultura, foi morto nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. Agentes do Exército tentaram disfarçar o assassinato com uma encenação grotesca de suicídio, mas a farsa não resistiu ao tempo.

Clarice Herzog, sua esposa, transformou o luto em luta. Em 1978, conquistou o reconhecimento histórico de que o Estado foi responsável pela morte de seu marido. Quase meio século depois, em outubro deste ano, o governo federal entregou certidões de óbito retificadas às famílias de vítimas da ditadura militar; documentos que, enfim, substituem as versões que tentavam esconder a violência do regime.

A memória e o legado de Vlado resistem. Seja através do Prêmio e do Instituto Vladimir Herzog, ou das homenagens espalhadas pelas ruas do país. Desde 2022, em todo último domingo do mês, o evento “Todo Mundo Tem Que Falar, Cantar e Comer” acontece na praça-memorial, que leva o nome do jornalista. Ali, entre conversas, música e um almoço comunitário, o que se celebra vai além da lembrança de um profissional da imprensa: celebra-se a democracia; conquista que precisa ser constantemente cultivada e defendida.

Nesta colagem, a foto do jornalista Vladimir Herzog, vítima da Ditadura Militar brasileira em 1975, é colocada ao lado da estátua “A Justiça”, lavada após ser vandalizada por golpistas no dia 08 de janeiro de 2023. A imagem simboliza dois momentos em que a democracia do país esteve sob ataque.



© Reprodução do Instituto Vladimir Herzog e Gabriela Biló. Colagem: Esther Ursulino

“Viva Lá Revolución” - Como Uma Batalha Após a Outra já nasce como um dos grandes filmes da década

Paul Thomas Anderson volta à atualidade em filme frenético e que espelha os EUA de hoje

Por Nicolas Beneton

Quando vou ao cinema e gosto muito de um filme fico imaginando se tem alguma chance dele ser considerado um clássico no futuro. Acredito que seja uma forma de visualizar o presente com otimismo, se não tive a sorte de ver *O Poderoso Chefão* ou *Pulp Fiction* na telona, porque não acreditar que estou vendo uma peça histórica do cinema surgir? Essa foi minha sensação ao sair da sessão de *Uma Batalha Após a Outra*, novo filme dirigido e roteirizado por Paul Thomas Anderson, estrelado por Leonardo DiCaprio, Sean Penn e Benicio Del Toro. Fiz questão de ir assistir uma segunda vez para entender se todo esse argumento era válido mesmo ou era apenas o calor do momento, mas a qualidade se sustenta, a experiência no cinema se torna ainda melhor com a tecnologia do IMAX, pelo fato dele ter sido gravado no estilo Vistavision, um modelo de alta definição que faz com que os horizontes captados pela câmera fiquem mais nítidos.

É a primeira vez que o diretor volta a retratar os tempos atuais desde *Embragaço de Amor*, de 2002, o retrato dos nossos tempos não poderia ser mais fiel e condizente com os Estados Unidos do momento. Com sua produção mais cara até então, Anderson não poupa esforços para criar um ambiente épico em sua adaptação livre do romance *Vineland*, de Thomas Pynchon, uma das obras mais influentes da contra-cultura em sua época.

A trama acompanha Bob Ferguson (Leonardo Di Caprio), um revolucionário aposentado que é obrigado a largar a vida mansa para resgatar sua filha de um inimigo do passado que não vai medir esforços para captura-lós. Bob vai atrás da ajuda de antigos e novos aliados para salvar Willa (Chase Infiniti). As temáticas da obra passam por todo o cenário político atual dos EUA, como políticas anti-imigração, grupos “secrets” que pregam a supremacia branca e a paranoia causada por um governo autoritário que se disfarça de guardião da liberdade.

O longa parece estar agradando demais tanto público quanto crítica, sua bilheteria mundial já atingiu mais de US\$138 milhões, se tornando a maior da carreira de Paul Thomas Anderson, em seu país de origem, os números passam da casa dos US\$50 milhões e aqui no Brasil, os números mais surpreendentes vem do fim de semana de estreia, arrecadando R\$4 milhões. A crítica internacional, de uma forma geral, está apaixonada com a obra, não são poucos os que o definiram como melhor filme da década, do ano, ou até mesmo da



Leonardo DiCaprio interpreta Bob Ferguson em sua primeira parceria com o diretor

© Reprodução/
Warner Bros

carreira do diretor. As plataformas usadas pela crítica de cinema mostram a aclamação que o filme tem recebido, no Rotten Tomatoes sua aprovação é de 95%, já no IMDb, a nota atual é de 8.3.

Algo que se destaca são as atuações dos protagonistas, Chase Infiniti entrega uma das melhores estreias de uma atriz no cinema, Benicio Del Toro, como o Sensei Sérgio está extremamente carismático, contido e lotado de frases marcantes. Entretanto, acredita-se que o holofote das premiações estará em Leonardo Di Caprio e Sean Penn, para Melhor Ator e Melhor Ator Coadjuvante, respectivamente.

Di Caprio tem em Bob um personagem cômico e perdido na vida, mas que ainda consegue focar em seu propósito, o ator revelou em entrevistas que uma de suas grandes inspirações para compor o papel foi o personagem “The Dude” de Jeff Bridges em “O Grande Lebowski”, a semelhança é visível, pelo jeito desleixado e hippie de ambos. O Coronel Steven J. Lockjaw, de Sean Penn é o extremo oposto, um homem sisudo e com um porte físico que remete ao marinheiro “Popeye”, basicamente o típico militar estado-unidense, com ele em cena, o enredo sempre ganha um tom mais caótico e imprevisível.

O filme também não esconde seu posicionamento em momento nenhum. Um tema muito abordado é a questão dos imigrantes latinos, como o estado e o exército lidam com eles e como tentam se manter vivos em um país que parece não os receber bem, na ficção e na realidade. Seu lançamento ainda coincide com um momento terrível de repressão à imigração por lá, o que só piorou com a posse de Donald Trump no início do ano. A polícia de combate à imigração ilegal nos remete à ICE - Immigration and Customs Enforcement - Serviço de Imigração e Alfândega. No caso, suas ações não diferem da realidade. O cenário de manifestações, conflitos com a polícia e apreensão de famílias imigrantes com o falso pretexto de tráfico de drogas é tão presente, que fez certos

espectadores do filme questionarem se a retratação não se trata de uma certa distopia nos Estados Unidos. Na minha visão, não há distopia alguma, as críticas do filme a todo esse caos anti-imigração, funcionam porque a distância com a realidade é minúscula, e não tendem a melhorar em um futuro próximo.

Apesar do forte conteúdo político, o longa não se prende apenas nisso, sua aclamação de críticas e público se deve ao fato dele não se fechar em apenas um gênero, sua escala é épica, mas existem momentos hilários que fazem todos no cinema ficarem chocados com a qualidade do roteiro, principalmente quando Leonardo Di Caprio está em cena. O drama também é bem desenvolvido por se tratar de uma situação real travestida de um thriller de conspiração, um pai que busca resgatar sua filha, o trunfo de Anderson está em tornar tudo isso divertido demais para o público.

É necessário também falar da ação, a direção explora muito as perseguições, sejam de carro, pulando pelos prédios ou até mesmo dentro de estabelecimentos. Seu grande deleite visual é justamente durante o clímax, a perseguição entre três carros por uma estrada que sobe e desce a todo momento, que remetem a ondas, o que resgata uma fala do personagem Sensei para acalmar Bob “ondas do oceano, Bob, ondas do oceano”. As “ondas” na pista deixam um misto de tensão e beleza na cena, colocando a câmera em primeira pessoa em alguns momentos para o espectador se sentir ainda mais inserido na imersão.

Uma Batalha Após a Outra é definitivamente um sucesso, tanto no aspecto de roteirização quanto de público. O mesmo se diz para a trama, suas críticas funcionam e são um reflexo simbólico de uma fase de crise nos Estados Unidos, tudo isso aliado a uma experiência fantástica que reúne humor, ação e drama. Resta saber agora se o sucesso irá se repetir nas premiações de cinema, especialmente pensando no Oscar, que seria um prêmio inédito para o diretor.

Todd Phillips inova no mundo de adaptações ao trazer críticas ao contemporâneo em “Coringa”

Com Joaquin Phoenix e Robert De Niro no elenco, é retratada a origem do principal inimigo do Batman de maneira inédita

Por Beatriz Manocchio

O filme “Coringa”, do diretor Todd Phillips, lançado em 2019, foi o primeiro a ser dedicado unicamente ao clássico vilão da DC Comics. Além da origem de um dos antagonistas mais famosos dos quadrinhos, ele traz um tom profundo e crítico ao abordar problemáticas do mundo contemporâneo.

O longa apresenta Arthur Fleck (Joaquin Phoenix), um comediante que atua como palhaço para garantir a sua sobrevivência e a de sua mãe. Arthur também enfrenta diversos transtornos mentais, um deles lhe fazendo rir de forma involuntária e incontrolável. Apesar de tomar medicações e ter tido acompanhamento psicológico enquanto pôde, sua condição causou diversas situações de humilhação e agressão, entre elas a que pode ser considerada o estopim de seu estado mental: o assassinato três *yuppies* (termo usado para definir playboys da elite dos anos 1980) no metrô de Gotham City.

A partir disso, com a interrupção de seu tratamento, vemos Arthur se tornar um psicopata e ser consumido tanto por seus distúrbios, quanto pela realidade em que vive. Ele passa a ser um dos agentes do caos que domina a cidade. A notícia do assassinato que cometeu é publicada em todos os jornais, o que cria um movimento coletivo anti-ricos entre aqueles que viviam nas mesmas condições que Arthur, na miséria e abandonados pelo Estado.

A palavra que melhor descreve Arthur Fleck é invisível. Essa invisibilidade provoca o seu principal objetivo durante todo o longa-metragem: ser visto. Depois de sofrer tantas violências, sejam físicas, psicológicas, ou até mesmo indiretas e constitucionais, por exemplo os cortes de verba por parte da prefeitura de Gotham City, que resultam na interrupção de seu tratamento psiquiátrico. O maior desejo dele é receber a devida atenção, a única forma que ele encontra para isso é por

meio da violência, fazendo assim ele cometer seu primeiro assassinato.

O ponto alto da narrativa é quando Arthur, agora conhecido como Coringa, assassina o apresentador Murray Franklin (Robert De Niro) de maneira televisada, após desabafar sobre a sua realidade e confessar seus crimes. Ali ele se torna o vilão cruel pelo qual ficou conhecido nas histórias do homem morcego, Batman.

Nesse momento, o movimento criado acidentalmente por Arthur irrompe em manifestações violentas, destruindo ainda mais Gotham City. E assim é revelado a real dimensão do sentimento que o Coringa criou: após um assassinato transmitido ao vivo, as pessoas se sentem vingadas e tomam coragem de ir às ruas reproduzir isso da forma que estiver ao seu alcance.

O filme não se parece em nada com a clássica fórmula de filmes de super-herói, com cenas de ação e super-poderes. Ao invés disso, foi escolhida uma abordagem mais próxima do drama e do suspense psicológico, onde a tensão e a incerteza dominam a narrativa. As produções iniciais de Scorsese, “Taxi Driver - Motorista de táxi” e “O Rei da Comédia”, foram referência clara para a obra de Phillips, que traz a solidão e o desejo por reconhecimento dos protagonistas do fim dos anos 1970 e começo dos anos 1980, além das questões de sanidade mental.

A presença de Phoenix no filme é imprescindível e impecável. Não apenas pela sua atuação, que lhe rendeu uma premiação pela Academia em 2020, mas pela preparação, mental e física, e dedicação ao personagem. Além de trazer o roteiro à vida perfeitamente, o ator improvisou cenas que demonstraram como ele entendeu o personagem em sua totalidade, sabendo incorporá-lo de forma quase natural, como na cena em que, após seu confronto com Thomas Wayne, Arthur entra na geladeira de casa, em um ato de insanidade.



Poster oficial do filme no Brasil

“Coringa” foi altamente aclamado pela crítica internacional, tendo levado o Leão de Ouro após sua exibição no Festival Internacional de Cinema de Veneza. Também foi indicado a onze categorias no Oscar de 2020 (incluindo Melhor Filme), levando as estatuetas de Melhor Ator e Melhor Trilha Sonora Original para casa.

Saindo do óbvio de adaptações de quadrinhos, a obra de Todd Phillips mostra o palhaço-vilão não como o tirano maluco das suas outras aparições, mas como um retrato da vida na miséria do mundo pós-moderno. Mesmo com a existência de propensões genéticas, o estado psicológico decadente de Arthur Fleck é consequência das suas condições, da falta de assistência adequada tanto para ele, quanto para a sua mãe. É resultado da vida em um subemprego que o coloca em situações vexatórias para lhe remunerar com pouco, sem nenhum auxílio quando existe algum problema.

Essa resenha surge inspirada por um educador. O professor José Salvador Faro dizia que o Coringa era seu herói e, mesmo com suas explicações, como nunca tinha assistido ao filme, não entendia ao certo o motivo. Agora, depois de ter tido aula com esse mestre além de fantástico e ter visto “Coringa”, entendo perfeitamente que o personagem é a consequência extrema do que Faro criticava no sistema vigente e no momento atual: a extração completa da subjetividade humana e a objetificação e rejeição de pessoas.



© Reprodução/
HBO Max Brasil

Coringa conversando
com uma assistente
social após seu
primeiro assassinato

47º Prêmio jornalístico Vladimir Herzog

Quarenta e sete anos de compromisso e diplomacia são celebrados no maior prêmio da história do jornalismo brasileiro

Por Beatriz Lima, Gianna Flores, Guilbert Inácio, Isabelle Rodrigues e Manuela Schenk

No Tucarena, teatro da PUC-SP, o dia 27 de outubro ficou marcado na História e na memória do Brasil. Completou-se, em 2025, 50 anos que o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado por agentes da ditadura militar. Desde então, o Instituto que leva o nome de Herzog promove ações e atividades educativas para, sobretudo, jornalistas que defendem a ditadura e os direitos humanos. O tradicional Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos deste ano contou com cerca de 300 pessoas presentes e 13 trabalhos premiados.

O evento começou às escuras com a música *Sentinela*, de Milton Nascimento e Nana Caymmi. Nos telões, imagens do Ato Ecumênico em homenagem ao Herzog, que ocorreu no dia 25 de outubro, na Catedral da Sé, foram exibidas.

Na condução da cerimônia estavam os jornalistas Juca Kfoury e Angelina Nunes. Ambos lembraram os acontecimentos dos últimos dias em memória de Vlado. Como a caminhada até a Catedral da Sé para a realização do segundo ato interreligioso após a morte de Herzog, no sábado. Além da inauguração do calçadão em homenagem ao Vlado, na Praça Vladimir Herzog, no centro de São Paulo, ocorrida no domingo.

Antes da abertura oficial da premiação, um vídeo de Maria Elizabeth Teixeira Rocha, atual Presidente do Superior Tribunal Militar (STM), durante o ato ecumênico, foi transmitido. Nele, ela pede desculpas, em nome da Justiça Militar, pelos erros e omissões da corporação durante a Ditadura: “Eu peço perdão a Vladimir Herzog e sua família, a Paulo Ribeiro Bastos e a minha família, a Rubens Paiva, a Miriam Leitão e seus filhos, a José Dirceu, a Aldo Arantes, a José Genoino, a Paulo Vannucci, a João Vicente Goulart e a tantos outros homens e mulheres que sofreram as torturas, as mortes, os desaparecimentos forçados e o exílio”.

Um dos filhos do jornalista, Ivo Herzog, subiu ao palco e destacou a função social do jornalismo, que é, sobretudo, a fiscalização dos três poderes: “É o poder que permite que uma nação continue soberana, que continue democrática, que respeite seus cidadãos e que os trate com dignidade”, afirma.

O renascimento da democracia aos jornalistas

Em 1978, o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) aprovou a ideia de criar um prêmio para incentivar a produção de reportagens e charges sobre anistia e direitos humanos. O jornalista Perseu Abramo, então presidente do SJSP, foi quem deu a ideia de chamá-lo de Vladimir Herzog. Em 1979 ocorreu a primeira premiação. No mesmo ano, houve criação da Lei da Anistia que concedeu perdão aos perseguidos políticos.

Em 2009, o Instituto Vladimir Herzog assumiu, junto com a família, a coordenação do prêmio. Para a atual curadora, Ana Luisa Zaniboni Gomes, o objetivo do prêmio segue sendo o mesmo de quando foi criado: “Reconhecer os profissionais da imprensa que fazem um trabalho importante em defesa da democracia no seu cotidiano profissional”. A curadora também destaca que o prêmio é voltado para os jornalistas: “Ele não premia as empresas, o foco dele são os profissionais”.

Desde sua primeira edição, o prêmio estimula a defesa e promoção da Democracia, da Cidadania e dos Direitos Humanos e Sociais, além de manter vivo o legado de Herzog. Em 47 edições, 1625 jornalistas, que juntos somam 430 trabalhos, foram premiados. Outros 410 trabalhos jornalísticos receberam menções honrosas ao decorrer de 47 anos.

Roda de conversa

Há 14 anos, os jornalistas premiados participam da Roda de Conversa, na qual contam os bastidores da produção das reportagens vencedoras. A iniciativa inspira novos jornalistas em suas trajetórias profissionais.

Em entrevista ao **Contraponto**, o professor e um dos organizadores da Roda desde de sua primeira edição, Aldo Quiroga, falou sobre a importância desse momento. “Esse é um prêmio diferente, porque ele não tem uma premiação em dinheiro. Ele incentiva a produção daquilo que é mais fundamental no jornalismo, a preocupação com os valores democráticos, a preocupação com os direitos humanos”, destaca.

Momento final com os ganhadores do prêmio e os apresentadores do evento



Ivo Herzog durante o discurso de abertura da 47ª edição do prêmio Vladimir Herzog

© Gianna Flores

Entre as participantes deste ano, estiveram duas ex-alunas do curso de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP): Isabela Hirari, jornalista do **Repórter Brasil** que venceu o prêmio na categoria *Texto* pelo título “Trabalho infantil na indústria tech” e Bianca Drague Ramos, jornalista do **Brasil de Fato** e vencedora do prêmio na categoria *Vídeo* por “Território em Fluxo”.

Entrega dos prêmios

Nesta edição, existiram dois prêmios especiais. O primeiro *In Memoriam* de Dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo emérito de Blumenau (SC), jornalista e diretor do semanário “O São Paulo” da Arquidiocese de Dom Paulo Evaristo Arns. O prêmio foi entregue ao seu sobrinho-neto, Matheus Bernardino Benato. A segunda estatueta foi entregue em mãos à Dorrit Harazim, jornalista, documentarista e uma das fundadoras da **Revista Piauí**.

Onze trabalhos foram vencedores nas categorias de *Arte*, *Fotografia*, *Livro-Reportagem*, *Áudio*, *Multimídia*, *Vídeo*, *Texto*. Neste ano, a Comissão Organizadora do prêmio incluiu a categoria *Defesa da Democracia*, como forma de marcar os 50 anos do assassinato de Vlado e destacar pautas sobre a política nacional e defesa do Estado democrático de Direito – duas reportagens foram prestigiadas.

© Guilbert Inácio



PUC-SP perde um dos maiores e melhores professores desde sua fundação

O curso de jornalismo se despediu, com profundo reconhecimento e pesar, de José Salvador Faro – um mestre que ensinou a pensar e a nunca deixar de questionar

BIOGRAFIA

Giovana Laurelli

José Salvador Faro nasceu em 1947, no bairro do Brás (SP). Iniciou sua jornada acadêmica na Universidade de São Paulo, onde completou a graduação em História em 1973. Começou a lecionar em 1975, ensinando História para alunos de ensino médio e a disciplina “Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos”, na Faculdade Cásper Líbero.

No mesmo ano, então militante do Partido Comunista Brasileiro, Faro foi preso e levado ao DOI- CODI. O episódio foi símbolo da longa jornada de resistência intelectual e política do professor contra a Ditadura Militar.

Realizou seu mestrado na Universidade Metodista de São Paulo em 1992. A temática foi sobre o Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). A entidade foi criada em 1977 por 12 fundadores, entre eles Faro, que subiu à presidência em 1997. Sua tese de doutorado, realizada na ECA/USP em 1996, foi sobre a Revista Realidade.

José Salvador também foi membro de peso em comissões de especialistas do MEC e participou do programa de capacitação de avaliadores do INEP. Faro integrou a diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e foi consultor das bolsas Capes, CNPq e Fapesp.

Já quanto a sua grande paixão, a docência universitária, Faro atuou no curso de Jornalismo na PUC-SP e na Universidade Metodista de São Paulo. Por quatro décadas, orientou iniciações, trabalhos de conclusão de curso e dissertações. No Sindicato dos Professores de São Paulo, José Salvador chegou a ser vice-presidente.

Um professor paciente, colaborativo e mestre do pensamento crítico e do diálogo, Faro foi a introdução e despedida de muitos alunos do curso de Jornalismo da PUC-SP. Seu compromisso com a ética jornalística e educativa moldaram a experiência universitária dos alunos que passaram pelo seu ensino generoso.

HOMENAGENS

Khauan Wood

Ao mestre, com carinho.

Sempre com uma piada divertida ou uma provocação interessante. Muitos porquês, mas também muitas respostas. Assim você será lembrado, José.

Indignado, crítico, questionador. Esse era o seu charme. “Temos que ir às ruas”, ele dizia.

Entusiasta de um bom debate, sempre tinha uma opinião formada. Mesmo que não agradasse, a defendia até o fim, sem hesitar.

Seu nome o definia. José: simples, como ele era. Salvador: quem nunca foi salvo por sua ajuda ou conselho? E o Faro? Esse sempre aguçado para as atualidades.

Hoje, quem perde não é só a Pontifícia, mas também o jornalismo, o Brasil, a democracia.

Mas o sentimento que fica é o de orgulho, de poder sentar e te ouvir. Seja no silêncio da biblioteca, na agitação dos corredores ou no show que você dava dentro da sala de aula, lugar que você dominava como poucos.

E agora, José? A Universidade que luta, hoje está em luto.

Bravo, Salvador! Incrível jornada, bela história.

Descanse em paz.

Seus eternos alunos seguem com você no coração, nos cadernos e nas redações.



© Rafael Pessoa



Gustavo Catriz

José Salvador Faro, sua visão e sua perspectiva do mundo mudaram e mudarão perpetuamente milhares de jornalistas da Pontifícia Universidade Católica, seu legado é eterno e sempre será lembrado.

Faro citava e admirava diversas vezes o Coringa e fazia uma referência a Gotham City como São Paulo, isso mostrava o quanto era autêntico e suas palavras tinham poder.

Não era apenas um professor e educador, ele era um amigo de todos e sempre buscava entender o outro lado da história, dava os puxões de orelha como um pai preocupado com o filho. Quando o aluno faltava ele sempre se preocupava com as pessoas e não gostava que os alunos mexessem no celular fazendo coisas paralelas à aula, mesmo ele sabendo que a tecnologia é o futuro.

Faro tinha um blog que escrevia artigos sobre sua forma de ver o mundo, Corinthiano e revolucionário, o blog de Faro é uma marca eterna de sua história, ele criticava o governo atual de São Paulo e exaltava o Coringa em seus artigos e em suas aulas.

Sempre foi ele quem ajudava todos a compreender o jornalismo e os principais meios de comunicação e, quando os próprios alunos não se sentiam como jornalistas, ele fazia os alunos enxergarem o jornalista em cada um de nós,

Todos gostávamos dele pois o seu carisma influenciou e influencia no bem estar e humor de todos da classe, somos todos gratos por cada ensinamento, ele era uma pessoa que fazia todos nós melhores e criava o instinto jornalista dentro de cada um de nós.

Faro faleceu, porém sua alma não morreu e cada pessoa que teve o privilégio de ter aula com ele levará para o resto de suas vidas todos os seus ensinamentos e uma parte de sua alma, a Pontifícia perde um dos maiores e melhores professores desde sua fundação, porém o Jornalismo perde um dos melhores jornalistas brasileiros e ao mesmo tempo cria novos jornalistas predeterminados ao sucesso.

Faro atingiu o sucesso e quando falamos disso não é sobre dinheiro, é sobre seu espírito, ele morreu fazendo o que ama, semanas antes de falecer ele estava dando aulas para os alunos e continua nos ensinando de outro plano porque a juventude nunca morrerá.



© Reprodução: Redes Sociais @cursojornalismopucsp

Professor
José Salvador Faro

Larissa Viana

Perder uma pessoa é sempre uma experiência difícil. Torna-se ainda mais desafiador quando se trata de uma presença que marcou positivamente a vida de tantas pessoas: familiares, amigos, colegas e alunos. José Salvador Faro foi alguém com quem cada minuto de convivência era enriquecedor.

Como professor, Faro se destacava. Além de ensinar, ele também instigava, desafiava e transformava. Reconhecia e valorizava cada pessoa presente em suas aulas. Quem teve o prazer de ser seu aluno sabe que sua aula ia muito além do conteúdo: era uma experiência única que desenvolvia de forma intensa pensamento, senso crítico e humanidade. Faro despertava inquietações, encorajava a busca por conhecimento e celebrava o debate. Acredita-se que o aprendizado floresce no diálogo.

É o privilégio de ter o coração tocado por uma pessoa tão marcante que torna a despedida mais dolorosa. Seguir com a ausência de suas provocações intelectuais é um desafio, mas o que fica é uma enorme gratidão por ter compartilhado o seu tempo, reflexões e sensibilidade. Todos que o conheceram seguirão carregando seu legado, não apenas como lembrança, mas como celebração daquilo que ele acreditava: o poder transformador do conhecimento.

O curso de jornalismo se despede, com profundo reconhecimento e pesar, de José Salvador Faro — um mestre que ensinou a pensar e a nunca deixar de questionar.

Melissa Joanini

“A missão do professor não é dar respostas prontas. As respostas estão nos livros, estão na internet. A missão do professor é provocar a inteligência, é provocar o espanto, é provocar a curiosidade”. A frase de Rubem Alves define a essência do Faro enquanto professor e cidadão.

Nenhuma aula era apenas uma aula. Não existia a possibilidade de escutar suas reflexões e não sair com alguma indignação, aquele ponto de interrogação. Definitivamente não tinha o intuito de trazer respostas e nem aquilo que já sabíamos, mas sim, de procurar novos pontos de vista, trazer à tona toda a imensidão do que um dia seria de nosso conhecimento - e que, com certeza, ele teria algum direcionamento para nos auxiliar nessa jornada, seja por um autor, um livro, um filme, uma música, um local.

José Salvador Faro era a personificação do livro aberto, não sobre sua vida, mas sobre todo o saber que detinha. Compartilhava tudo de forma tão leve, acessível e instigante, que levava o pensamento de todos os estudantes para seu universo pessoal, trazendo uma sensação de ansiedade e expectativa para seus próximos ensinamentos - e opiniões. Dono de uma profunda confiança e crença em seus discentes, seja para receber uma informação nova ou em alguma produção nossa, Faro consumia os trabalhos que o entregamos e os textos elaborados para os jornais da universidade.

Formador de gerações de comunicadores, não dava para resumir sua pessoa apenas como professor, historiador ou comunicador. Ele era uma enciclopédia com pernas, cérebro e uma vontade avassaladora de tornar o mundo um lugar melhor via o ensino e seus alunos. Para ele, como afirmou Paulo Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Obrigada, professor, por acreditar em nós e nos incentivar a sermos profissionais e humanos sensíveis e críticos. Seu legado e saber permanece em cada estudante que teve a honra de aprender tanto contigo.



© Manoella Marinho



© Manoella Marinho



© Manoella Marinho



© Manoella Marinho



© Manoella Marinho



© Gianna Albuquerque Flores

